

SESSÕES DO PLENÁRIO

87ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 29 de setembro de 2009.

PRESIDENTE: DEP. ÁLVARO GOMES *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Restando a presença de 41 Srs. Deputados e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Há um requerimento sobre a Mesa.

(Lê) “Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar, as seguintes matérias:

Requerimento de Urgência nº 6.928/2009, para o Projeto de Lei nº 18.267/2009, Requerimento de Urgência nº 6.936/2009 para o Projeto de Lei nº 18.272/2009, Projeto de nº 18.068/2009 e Projeto 18.069/2009.”

Contando com a assinatura de mais de 21 Srs. Deputados, portanto, está convocada uma Sessão Extraordinária dois minutos após o encerramento desta.

Pela ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, inicialmente eu solicitarei de V.Ex^a, com exceção do primeiro regime de urgência pois temos ciência do que será votado, quanto aos demais projetos, gostaria que o senhor lesse ao menos o resumo do que será votado nesses projetos, na Ordem do Dia.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Os projetos aqui em discussão: Projeto de Lei nº 18.068/2009, institui a Ordem Dois de Julho, libertadores da Bahia e dá outras providências; Projeto de Lei nº 18.069 institui o hino ao Dois de Julho como hino oficial do Estado da Bahia; a urgência, como já dito aqui, dos requerimentos...

O Sr. Gaban:- É o da Mesa Diretora, provavelmente, que é o regime de urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- (...) e o Projeto de Lei nº 18.269 o Requerimento de Urgência nº 6.936/2009 para o Projeto de Lei 18.272, da Polícia Civil.

Esclareceu?

O Sr. Gaban:- Já esclarecido e devido a relevância dos projetos, já que na Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa não tivemos a oportunidade de tentar fugir dos debates quando se tratou de temas específicos e técnicos, eu solicito então, para que possamos debater no plenário da Casa que seja feita uma verificação de *quorum* para continuidade da presente sessão, já registramos a presença de 41 parlamentares e eu gostaria de ver a Casa um pouco mais cheia para iniciarmos esse debate.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- V.Ex^a será atendido.

Deputado Yulo, questão de ordem.

O Sr. Yulo Oiticica:- Sr. Presidente, mesmo tendo em vista o caloroso debate que tivemos hoje de manhã na Comissão de Finanças e Orçamento, com a presença do secretário da Fazenda do nosso Estado, Carlos Martins, há importância dos deputados neste plenário, tendo em vista que temos requerimentos importantes a serem votados, além de projetos na Ordem do Dia.

Portanto, solicito a V.Ex^a que convide todos os deputados que estão em seus gabinetes, na biblioteca ou na nossa antesala do plenário, para que venham imediatamente ao plenário, tendo em vista que 42 deputados já deram presença, mas há a necessidade de, pelo menos 21 deputados, Sr. Presidente.

Aproveito a oportunidade para dizer que a Frente Parlamentar de Política Pública de Juventude nesta Casa, a qual eu presido, está convocando toda a sociedade civil, a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria de Justiça, a Secretaria de Educação e a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza para que junto com a sociedade civil iniciemos uma campanha que possa, Sr. Presidente, tanto denunciar os homicídios aos nossos jovens, negros, na sua maioria dos bairros pobres, tanto da nossa capital quanto das cidades do interior do Estado. Portanto, uma

grande campanha que denuncie, mas também estimule os nossos municípios a investirem cada vez mais em políticas públicas de juventude. Nesse sentido, possam criar secretarias e conselhos municipais.

Essa campanha, Sr. Presidente, foi batizada com o nome de Juventude Viva, e a ideia é trazer todos os segmentos juvenis, para, além da denúncia, estimular a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas, tanto no Legislativo estadual quanto nos legislativos municipais.

Quero lembrar aos deputados e deputadas desta Casa que a maioria deles se incorpore a essa campanha para que este Parlamento possa cumprir o seu papel de legislar sobre políticas tão importantes como são as políticas públicas de juventude, tendo em vista que política de segurança pública, sobretudo, age sobre a causa da violência e do – o que, hoje, é perceptível por todos nós –, aumento da delinquência juvenil. Também temos que ter a clareza de que a redução da maioridade penal ou castigos mais contundentes não resolverão o problema da nossa juventude, Sr. Presidente.

Continuando a minha questão de ordem, gostaria de lembrar a todos os deputados e deputadas que não há mais o acordo para esperarmos 15 minutos após a solicitação de verificação de quórum. Portanto, essa será feita imediatamente após a questão de ordem.

Sr. Presidente, peço a V.Ex^a que, além de convocar todos os deputados e deputadas, faça a chamada nominal. Até porque temos, hoje, a *TV Assembleia*, que possibilita a todos os baianos e baianas com acesso à internet o acompanhamento das sessões realizadas nesta Casa. Sendo assim, é do conhecimento de todos quais os deputados presentes, ou não, em Plenário.

Portanto, Sr. Presidente, peço a V.Ex^a que faça a chamada, acione as campanhas e solicite a presença dos deputados, já que será feita, imediatamente, a chamada nominal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- A questão de ordem de V.Ex^a versa sobre outro assunto?

Temos uma solicitação de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, formulada por V.Ex^a, e um pedido do deputado Yulo Oiticica para que a chamada seja nominal. Então, acionarei as campanhas e farei a chamada nominal.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, é importante.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, fiz a solicitação de verificação de quórum com o intuito de os parlamentares virem ao Plenário para debatermos o que não foi discutido na Comissão de Finanças e Orçamento, mas, vendo que alguns parlamentares já estão-se deslocando para o Plenário, retiro a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Retirada a questão de ordem, passarei à leitura do expediente despachado pela Presidência em 29 de setembro de 2009.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Ângela Sousa, comunicando sua ausência na sessão do dia 15/09/2009, por motivo de saúde, conforme atestado médico em anexo.

Do Dep. Nelson Leal, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 05,10 e 17/08/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Capitão Tadeu, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 22, 23 e 24/09/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Pequeno expediente. Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores jornalistas, ocupantes das Galerias Paulo Jackson, teleouvintes da *TV Assembleia*, o jornal *A Tarde* hoje, em manchete, mostrando poucos investimentos que o governo do Estado fez. Em destaque, comentado pelo *blog* de Samuel Celestino, passados 9 meses, o governo da Bahia executou somente 24,86% do Orçamento previsto para 2009, ou seja, baixíssimo, menos da metade do Orçamento de 2009 foi executado, somente 600 milhões em obras, equipamentos e outras ações previstas para 2009 (R\$ 2,5 bilhões) do Orçamento do Estado.

Na segurança pública, por exemplo, segundo dados do Sistema de Informações Contábeis e Financeiras (Sicof), da Secretaria da Fazenda (Sefaz), apurados até 21 de setembro, foram liquidados apenas 8,53%, por isso, o quadro caótico e a situação da segurança pública no Estado da Bahia. Dos 143 milhões previstos, apenas 8,53 foram executados.

A Secretaria de Turismo apresentou uma execução de somente 4,31% dos investimentos, mostrando que por isso a área da cultura e do turismo do Estado também é um verdadeiro caos. Para a Secretaria da Agricultura, apenas 4,5%. O setor que tem grande responsabilidade com o PIB da Bahia, o agronegócio, teve apenas 4,5% de investimentos do governo do Estado. O setor tem essa resposta dada, eu diria, pela ousadia e o empreendedorismo dos produtores, agricultores, pecuaristas, enfim, do agronegócio do Estado da Bahia. Na educação, apenas 16,94%; desenvolvimento social, apenas 18,4; trabalho 7,6%; desenvolvimento urbano, 21,53%; saúde 41,18%; infraestrutura, 31,03%; indústria e comércio 19,7%.

Esses são alguns dos resultados da execução no que diz respeito aos

investimentos feitos pelo governo que, na média da execução geral do orçamento, 21,3 bilhões, até a referida data, liquidou despesas na ordem de 12,6 milhões, ou seja, 57% do orçamento global do Estado para 2009.

Em função disso, vários setores do Estado, como saúde, educação, segurança pública, principalmente, turismo, enfim, cultura, têm apresentado baixos coeficientes de aproveitamento no sentido de que o governo do Estado não tem aplicado os recursos previstos no Orçamento, mas mostra na sua propaganda, que é mentirosa, na televisão, em *outdoors*, diversos programas, como se estivessem sendo executados ou que já estivessem sido executados.

Vou dar um exemplo: estive, no fim de semana, no sábado, no município de Maetinga, e lá, junto com o prefeito Brás, diversas outras autoridades e o representante da Caixa Econômica Federal, fomos entregar 150 casas do programa de moradia do governo federal. Foi assinado esse convênio com a contrapartida do Estado ainda em 2006 no governo do ex-governador Paulo Souto, que antecipou a contrapartida das casas, de R\$9.500 cada uma. A Caixa coloca R\$8.000 do FGTS, a fundo perdido para esses moradores e o Estado colocou R\$1.500 para cada casa, ou seja, das 150 casas, R\$225.000 foram recursos do Estado.

Eu perguntei ao superintendente da Caixa e ele me disse que dos 11 mil contratos imobiliários assinados na superintendência da Caixa Econômica de Itabuna, que abrange todo o Sudoeste do Estado, este governo não teve participação nenhuma. O governo Jaques Wagner, dos 11 mil contratos imobiliários assinados, relativos a convênios com o governo Paulo Souto em 2006 – que disponibilizou R\$ 16,5 milhões como contrapartida antecipada por exigência da Caixa. Pois bem, pasmem os senhores: o atual governo do Estado está anunciando como dele a construção dessas 11 mil casas, algumas quais ele ainda está indo entregar.

Mas só espero que o ator daquela propaganda, o qual passa correndo a dizer que este governo fez obras aqui e acolá, que construiu e entregou essas casas...

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- (...) vou só esperar para ver, porque têm aparecido na propaganda enganosa do governo do Estado diversas ações que não foram executadas por ele, que está enganando a população.

Muito obrigado, Sr^a Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Sr^a Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, perdemos, hoje, mais uma vez, na Comissão de Finanças e Orçamento, a oportunidade de discutir o balanço financeiro do Estado do segundo quadrimestre, porque, depois de o Secretário da Fazenda tê-lo publicado apenas ontem, foi-nos dado pouquíssimo tempo para analisá-lo. Fiquei até a meia-noite, meia-noite e quinze de ontem trabalhando nele, estudando-o.

Fiz 25 perguntas ao secretário, que, da mesma forma que procedeu na última audiência, quando da apresentação do balanço referente ao primeiro quadrimestre de

2009, tentou tumultuar, criar um fato político. Este ano, em desrespeito à Assembleia Legislativa, ele começou, ao responder à primeira das perguntas que fiz, dizendo que eu, deputado Gaban, tinha perdido por 5 a 1 no Tribunal de Contas do Estado.

Num primeiro momento, até levei um susto, porque não há nenhuma conta minha sendo analisada pelo TCE. Pela insistência do secretário, percebi que ele se referia à aprovação das contas do governador do ano de 2008, em cujo mérito não quero entrar, a respeito das quais são os conselheiros do referido tribunal que têm que fazer um exame de consciência, pois rejeitaram um parecer emitido pelos órgãos técnicos, que se basearam num relatório de Zilton Rocha, que aprovou as tais contas com uma série de ressalvas, dando ao governador a oportunidade, já que era o primeiro ano do governo, para corrigir as falhas das referidas contas, o que ele não fez. Ao contrário, agravou a situação ao repetir todas as incorreções, a exemplo do aumento de 28% na contratação de Redas.

Mas o mais triste é que vi pessoas pelas quais tenho o maior respeito, caro Líder do governo, deputado Waldenor, festejar o balanço apresentado, balanço esse que põe a Bahia em último lugar em crescimento de arrecadação do Nordeste e deixa-a no penúltimo lugar no Brasil e entre os três estados da Federação em que a arrecadação caiu, pois, mesmo com a crise, nos outros estados a arrecadação aumentou, enquanto na Bahia ela cai.

Que comemoração pífia essa! Como não tem conhecimento..., o secretário não tomou nenhuma posição, até o momento, para inverter esse quadro desfavorável, que deixa a Bahia em último lugar no Nordeste, com 10 pontos percentuais, em termos de crescimento, abaixo da Paraíba, que é a penúltima. Comemoram! Comemoram o quê? Ser o último? Deveriam comemorar se a Bahia fosse a primeira do Brasil! Aí se diz que é por causa da crise do petróleo! Por que o Rio de Janeiro teve mais de 10% de crescimento na arrecadação em 2009? Aí, confundem dizendo que o Rio valoriza mais os *royalties* do que a própria arrecadação de ICMS. O que nós estamos discutindo é competência. Falta de gestão no governo do Estado da Bahia, na Secretaria da Fazenda, mais especificamente.

Para melhorar esse quadro de arrecadação no desespero, porque as minhas perguntas ele politizou para não responder nenhuma, pois não sabia que o Estado não atendeu a recomendação do Tribunal de Contas do Estado de que mês a mês tem que se deixar reservado 1/12 do 13º salário... Não respondeu. Se tivesse colocado 1/12, já que com 105 milhões o Estado pode extrapolar o limite definido na Lei de Responsabilidade Fiscal com gasto de pessoal... Não soube responder porque não tem conhecimento da Pasta.

No seu desespero, aí respondendo outras perguntas de outros parlamentares no genérico, como ele adora... Só que no genérico também ele dá uma grande escorregada ao dizer que nos próximos meses o Nordeste, com exceção da Bahia, vai ter um decréscimo no ICMS porque o FPE cairá. O secretário, por desconhecimento, se esquece mais uma vez, deputado Waldenor Pereira, que a Bahia detém a maior participação no FPE do Brasil. Do Brasil! E ele diz que nos outros estados nordestinos haverá uma queda na arrecadação do ICMS, menos na Bahia.

Desconhecimento total da Pasta!

Eu gostaria, prezado Waldenor Pereira, que o tempo que gastei fosse utilizado até a meia-noite e quinze minutos para enriquecer a Assembleia com debate. Errar é humano. Persistir no erro, sou forçado a dizer, é falta de inteligência, para não ser grosseiro. Se ele tivesse reconhecido o erro, debateríamos, apresentaríamos soluções e mostraríamos o quadro real. Mas procurou desmentir o jornal *A Tarde* querendo dizer, deputado Heraldo Rocha, que dinheiro de pessoal ele gasta para comprar viaturas e coletes à prova de bala.

Só que não utiliza o dinheiro reservado...

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- (...) para investimentos. Tanto é que a Bahia em 2007 gastou 57 milhões em investimentos na segurança pública. Em 2008, 18 milhões. E agora, 12. Caiu o investimento e cresceu a criminalidade. A Bahia está à mercê dos bandidos, do crime organizado por incompetência da Secretaria da Segurança Pública e da gestão desastrosa do secretário Carlos Martins.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*, radiouvintes da *Rádio Oposição*, imprensa, senhoras e senhores que estão nas Galerias Paulo Jackson dando-nos a honra das suas presenças, hoje pela manhã tivemos a presença do Exm^o Sr. Secretário da Fazenda do nosso Estado. Segundo as declarações dele, a Bahia vai bem. Vive um céu de brigadeiro. Não tem débitos com fornecedores, bem como obras atrasadas. A situação é tranquila, serena.

Ora, senhoras e senhores, quero inclusive parabenizar a nossa Bancada, que se posicionou duma forma competente fazendo uma análise criteriosa da situação da nossa Bahia. Para se ter uma ideia, o desempenho do Estado é de 21,9%. O deputado Gaban está correto quando diz que o secretário pensou que nos enganava ao misturar custeio com investimentos.

Essa parte da arrecadação estadual é explicada por ele pela crise econômica que atingiu o País e o nosso Estado.

Por outro lado, vemos que o Estado está cheio de dinheiro, cheio de dinheiro, mas não sabe gastar. O problema do nosso Estado é de gestão pública, de gerenciamento dos recursos públicos. Tem uma Secretaria da Segurança Pública que só aplicou até agora 9,07%, de um orçamento de investimento de R\$ 138 milhões, quando Minas Gerais aplica R\$ 700 milhões. Há a criação de novas secretarias – virou mania do nosso governador criar secretarias extraordinárias para apaziguar a sua base aliada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, o governo virou um balcão de negócios para atender aos companheiros e camaradas. Criou a Secopa, agora

secretaria extraordinária, uma secretaria vinculada a secretário.

“Operação de crédito BID Pró-Cofins: Valor recebido 391 milhões e 875 reais” Sabe quanto liquidou até o momento? Cinquenta e um milhões. Não sabem aplicar o dinheiro público.

É por isso que a educação está mal. Quando se chega ao interior e, aqui na capital, à periferia, mas principalmente ao interior, e se pergunta qual o grande problema, qual foi o investimento em educação, qual foi a sala de aula construída por este governo, a resposta é: “Nenhuma”. E a viatura? E a situação das delegacias? Nada.

Ainda cometem o ato de colocar na página principal do *Diário Oficial* que transferiram 14 chefes de tráfico para Catanduvas, transformando-os em heróis, como se tivesse acabado a violência e os homicídios. Só neste final de semana foram dez homicídios em Salvador. Só neste final de semana.

Minhas senhoras e meus senhores, a Bahia vai bem de propaganda na televisão, nas rádios e na imprensa. Mandamos incluir hoje nos Anais da Casa a matéria do jornal *A Tarde* na qual o secretário da Fazenda não acredita e disse que era preciso estudar mais o assunto. A jornalista Lília de Souza fez uma matéria com boas colocações, didaticamente, muito bem escrita...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, deputado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Concluindo, Sr. Presidente. Voltarei ao assunto mais tarde, pois teremos obstrução até altas horas.

V.Ex^a, que é de nossa querida Feira de Santana, a segurança está ótima! Educação, uma maravilha! A saúde... as ambulâncias do SAMU estão parando na porta do Clériston Andrade. As macas entram com os pacientes, não podem sair porque não tem cama. As macas ficam lá, e a ambulância, parada na porta.

Portanto, quero dizer a V.Ex^a que, apesar de comemorados pelo meu querido Líder, esse competente Líder do governo que está comemorando os índices da Bahia, quero fazer minhas as palavras do deputado Paulo Azi. “V.Ex^a tem que pedir perdão à Bahia”.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o deputado Isaac Cunha pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ISAAC CUNHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, senhores presentes às Galerias, sejam bem vindos a esta Casa.

Fico um tanto triste ao ver os discursos e as queixas sobre o nosso governo quando se fala em segurança. Um governo que encontrou o Estado falido, com um quantitativo muito grande de concursados que poderiam já estar na ativa fazendo a segurança do Estado, que não foram chamados pelo outro gestor. Vejo a preocupação do nosso governador em chamá-los, convocá-los e em fazer um novo concurso.

Vejo a preocupação do nosso gestor que, ao encontrar a Bahia com a área da saúde também falida; toma providências para promover o resgate de anos em que

nada foi feito na saúde pública do Estado.

Fico preocupado quando vejo o discurso exacerbado, um tanto nervoso, raivoso até, colocando em xeque, em dúvida a lisura de um governo transparente. Quando vejo o secretário da Fazenda como hoje, quando esteve aqui, colocar para a Bancada da Oposição o que de fato tem feito naquela secretaria e o que tem desenvolvido com esses recursos de forma transparente para que o nosso governo possa gerenciar e administrar como a Bahia quer, de forma clara e transparente.

Eu não tenho dúvida de que o desespero toma conta da Oposição quando de forma equivocada levanta questionamentos sobre a lisura de um governo que vem transformando a Bahia. Eu não tenho dúvida, senhores, quem irá julgar é o povo. Eu tenho exemplo na minha cidade Jequié, tenho visto exemplos nas cidades por onde tenho passado na caminhada, dessa trajetória como parlamentar e vi as ações do governo acontecendo no Estado. Se não acontecem da melhor forma é porque encontrou o Estado com muita dificuldade, e não seria apenas em quatro anos que iríamos estar fazendo a mudança real da Bahia.

O nosso governo, sim, precisa de mais tempo para que a Bahia, de forma positiva, comece a ver as transformações e comece a ter uma ação para que aquilo que foi deixado de mazela passe a ser reconhecido pela ação popular, pela transparência e por aquilo que foi colocado no início do governo. Os PPAs que foram apresentados para que o povo participasse desse governo, dessa gestão. E tem acontecido assim na Bahia toda. Nós temos visto nos encontros regionais o que tem acontecido e a participação veemente do povo nas mudanças neste Estado.

Não tenho dúvida do equívoco da Oposição. Creio que ela há de entender que esta Bahia realmente está passando por transformações que a Bahia e o povo da Bahia nunca viram. E quero salientar, com relação à segurança pública, que hoje pela manhã, ouvi o secretário, numa entrevista a uma emissora de rádio, informando as mudanças que têm sido operadas pelo governo do Estado.

Olhe o Pronasci, o que significa o Pronasci? Não é apenas um programa de monitoramento da cidade ou da área urbana da cidade; são projetos e programas que estão envolvendo a sociedade, as mães, as mulheres, para que essa delinquência, para que o tráfico, para que essa juventude... – e aí, companheiro Yulo, você está correto quando debate a questão da juventude.

É importante debater e preparar essa juventude para um futuro brilhante e não como está sendo feito por essa milícia de bandidos, de traficantes que estão bancando o tráfico na Bahia. E vejo hoje, com muita clareza, - fiz um chamamento na reunião da Comissão de Infraestrutura, na qual estavam presentes alguns representantes da Setur, e eu dizia: a questão da delinquência, a questão da droga, a questão da violência passa também pela iniciativa privada.

Queremos transformar a Bahia num Estado verdadeiramente turístico, mas precisamos trabalhar e nos empenhar para resgatar e tirar do gueto a juventude, e a iniciativa privada tem o papel de trazer, através de programas sociais em parceria com o governo do Estado, através da manutenção de centro de recuperação, como a Fundação Dr. Jesus, para que aqueles jovens venham a entrar no mercado de trabalho,

venham a se socializar, voltar para a sociedade com dignidade e recuperados com a participação de todos: do governo do Estado, da iniciativa privada, que só visa ao lucro, mas que precisa repartir esse lucro com aquelas instituições que são centros de recuperação da delinquência, daqueles que são vítimas do tráfico, daqueles que não visam o bem do seu povo.

Pois é, Srs. Deputados, Sr. Presidente, senhores das galerias, é isso que nós queremos que a Bahia mude, dessa forma, com a participação de toda a sociedade.

Sr. Presidente, muito obrigado pelo tempo de que me concede, mas não podia deixar de fazer este discurso chamando para a sociedade, toda responsabilidade pelo Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, volto a falar, novamente, sobre a questão da Segurança Pública. Falo isso repetidas vezes aqui, neste Plenário, com a autoridade de quem tratou deste assunto desde o primeiro dia que tomei posse na legislatura anterior, portanto, no governo Paulo Souto, e com o mesmo enfoque que dava anteriormente. Portanto, não estou falando de segurança pública neste momento. Sempre falei, diferentemente de determinados colegas que não tocavam na palavra segurança pública. Não tocavam na palavra segurança pública no que pese o índice de violência estar aumentando de forma assustadora. Querem um exemplo? De 2000 a 2005, o crescimento do número de homicídios em Salvador foi de 292%. É importante aqui ressaltar que esse foi o maior crescimento de todas as capitais do Brasil disparadamente. Não houve uma capital sequer que atingisse esse índice absurdo: 292% de 2000 a 2005. Em algumas capitais a violência reduziu, mas em Salvador aumentou de forma extraordinária.

Evidentemente ninguém está aqui dizendo que a violência acabou, que o número de homicídios acabou. Essa tendência de crescimento da violência, considerando-se o número de homicídios, continuou em 2006, 2007 e em 2008. Continuou nos três anos seguidos, mas, no primeiro semestre de 2009, houve uma queda de 11% do número de homicídios na cidade de Salvador. A situação não é boa. A violência em Salvador e no nosso Estado é muito grande, mas é preciso compreender que se resolve o problema da violência através de medidas estruturais para a redução das desigualdades sociais no nosso Estado. E o nosso Estado, historicamente, foi um dos Estados mais desiguais: maior número de pobres, maior número de desempregados, de pessoas analfabetas. E o governo tem feito esse esforço. O mérito do governador Jaques Wagner é entender essa questão da segurança de uma forma mais ampla e não restrita à questão do aparato repressivo. Esse é grande mérito do governador Jaques Wagner. O mérito do governador Jaques Wagner é implementar medidas sociais para reduzir as desigualdades sociais. O mérito do governador Jaques Wagner é fazer isso sem esquecer do aparato repressivo, sem

esquecer de também aparelhar a nossa Polícia. Foram 3200 policiais incorporados à Polícia Militar, mais 3200 serão incorporados em janeiro. Foram 3200 coletes à prova de bala. Foram 500 veículos viabilizados pelo governador e agora mais 900 veículos.

Portanto, o governador tem tido a preocupação de, ao mesmo tempo em que busca uma solução com a melhoria do aparato repressivo, adotar medidas para reduzir as desigualdades sociais. Do meu ponto de vista, essa é a forma de resolver o problema da violência, seja em Salvador, na Bahia, no Brasil ou no mundo.

Se observarmos bem, mais de 90% dos homicídios praticados atualmente...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, Excelência.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Concluindo, Sr. Presidente, ainda faltam 7 segundos.

(...) no nosso Estado...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Zerou, Excelência.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- (...) são por questões econômicas. Então não é difícil chegarmos à seguinte conclusão: se reduzirmos as desigualdades sociais, vamos reduzir a violência na Bahia, no Brasil e no mundo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o nobre deputado Gildásio Penedo pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, Galerias, hoje, por força de uma imposição legal, recebemos a visita do secretário da Fazenda do nosso Estado, Sr. Carlos Martins, que veio discorrer sobre a atividade financeira e orçamentária do Estado no último quadrimestre.

No seu relatório ficou claramente demonstrado que, se dependesse do esforço do governo estadual, as finanças da Bahia estariam situadas num grau de extrema preocupação. Senão vejamos: a principal receita tributária do Estado é o ICMS, que responde por quase 86% de tudo o que é gerado. Pois bem, em relação ao mesmo período do ano passado, esse imposto teve uma redução de quase 5%, mais precisamente, de 4,83%.

E mais, o ITCD teve uma redução de quase 18%. Já o IPVA, que representa pouco mais de 6% da receita tributária do Estado, teve um incremento. Mas aí não se deveu ao esforço governamental, na medida em que boa parte desse aumento de arrecadação foi em consequência da mudança do IPI em nível federal, que acabou estimulando a economia, principalmente no que se refere à aquisição de automóvel.

Isso mostra que, infelizmente, o governo baiano não teve a capacidade de articular uma política de incrementação das suas receitas. O que houve de superavitário foi, justamente, oriundo das transferências constitucionais, principalmente o FPE, que é o Fundo de Participação do Estado, que acabou de uma certa forma estabilizando a economia estadual nesse último quadrimestre.

Outro dado importante a ser registrado: se fosse feita hoje, deputado Heraldo Rocha, a avaliação definitiva das finanças do Estado, as contas do governador Jaques

Wagner seriam reprovadas! Afirmando isso porque a Lei de Responsabilidade Fiscal e a própria Constituição Federal, deputado Paulo Rangel, determinam um investimento de, no mínimo, 25% na Educação.

Professor Valdeci, V.Ex^a que é homem ligado à área educacional, se dependesse dessa avaliação momentânea – embora haja tempo para correção –, o Estado baiano teria suas contas rejeitadas, porque só investiu, tão somente, 24,87% da receita corrente líquida na Educação, incorrendo, claramente, no não cumprimento das metas fiscais. A deputada Maria Luiza Laudano, que já foi prefeita de Pojuca duas vezes, sabe que essa é uma das motivações para a rejeição das contas de um gestor.

E olhe que estamos falando de uma área extremamente sensível do nosso Estado, que envolve a Segurança Pública, a Educação e a Saúde, que, lamentavelmente, deputada Eliana Boaventura, está muito aquém do desejado.

Também não podemos deixar de registrar a baixíssima execução orçamentária em relação aos investimentos: cerca de apenas 24% daquilo que foi projetado no Orçamento. Isso mostra que, infelizmente, gestão não é a grande bandeira do governo Wagner.

O governo Wagner tenta passar insistentemente para a opinião pública uma ideia de simbolismo, de republicanismo, mas gestão pública, com certeza, não tem sido e não será a grande bandeira das próximas eleições, porque, infelizmente, a prática vem se repetindo. A cada avaliação quadrimestral o governo se mostra cada dia mais distante dos números que entendemos como necessários e eficientes para, daí, fazer uma moção de louvor, de aplausos ao governo Wagner.

É esse o registro que faço, espero no final da tarde poder discorrer sobre outros temas, inclusive sobre o projeto que diz respeito aos visitantes de hoje, os servidores públicos do Estado, ativos e inativos, que estão aguardando, deputado Heraldo Rocha, a aprovação do projeto que estabelece o subteto do servidor público estadual. A Oposição claramente já se manifestou no sentido de dispor de toda a boa vontade para a aprovação dessa matéria. O que não pode é a Assembleia Legislativa, sob o patrocínio da Mesa Diretora, querer nos impor um projeto eminentemente constitucional que constrange, que diminui, que apequena esta Casa. O governador não pode brincar com a Assembleia Legislativa no momento em que diz que não quer o aumento do seu salário e impõe um constrangimento porque tenta passar para a opinião pública um proselitismo político numa jogada de *marketing*.

O que nos preocupa mais é ver a Mesa Diretora, que teria condição moral e envergadura institucional de preservar esta Casa, querer patrocinar uma imoralidade como é esta matéria apresentada aqui. E eu espero que, até o final da tarde, a emenda da Oposição já foi apresentada, possamos corrigir esses equívocos para que votemos ainda hoje esse projeto que, de fato, vem atender uma parcela do servidor público estadual de forma coerente, constitucional e não com uma ilegalidade, sob o artifício de se preservar da opinião pública.

É esse o apelo que faço e é essa a parcimônia que V.Ex^a me dá neste momento.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Grande Expediente.

Com a palavra o orador inscrito, deputado Waldenor Pereira, por 25 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, servidores presentes nas Galerias Paulo Jackson, imprensa presente, hoje recebemos a visita do secretário da Fazenda Carlos Martins que, para cumprir uma determinação constitucional, apresentou a esta Casa relatório de execução orçamentária referente ao segundo quadrimestre do ano de 2009.

Srs. Deputados, estamos comemorando o cumprimento das metas fiscais estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Secretaria do Tesouro Nacional. Alguns colegas deputados da Oposição estão decepcionados, descontentes porque, infelizmente, apostaram na crise, apostaram no não cumprimento das metas fiscais do governo Jaques Wagner. Por diversas vezes, parlamentares da Oposição, especialmente um deles com maior frequência subiu à tribuna para afirmar categoricamente que o governo Jaques Wagner não cumpriria as metas fiscais no segundo quadrimestre. Mesmo antes da apresentação do relatório da execução orçamentária, o nosso governo, já no mês de julho, havia renovado o seu plano de ajuste fiscal com a Secretaria do Tesouro Nacional exatamente porque cumpriu todas as metas fiscais estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Secretaria Nacional do Tesouro.

Srs. Deputados, infelizmente, aliás, felizmente, os colegas deputados da Oposição erraram nos cálculos, erraram nas previsões, e o nosso País recuperou a economia. A metáfora da marola, tão decantada pela imprensa, afirmada que foi o presidente Luís Inácio Lula da Silva, felizmente, hoje, é reconhecida internacionalmente.

O *Le Monde*, que é um jornal reconhecido internacionalmente, um jornal francês de grande circulação na Europa, reconheceu publicamente que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava certo, porque adotou políticas macroeconômicas que foram capazes de permitir que o Brasil enfrentasse essa crise financeira imobiliária internacional que se abateu sobre todas as nações, que repercutiu fortemente no núcleo central do capitalismo, gestada nos Estados Unidos, no Japão e na União Europeia. E o Brasil sai da crise recuperando a sua economia já com previsão de crescimento de 1% do produto interno bruto neste ano de 2009, enquanto os países centrais, todos, terão um crescimento negativo e além disso já com notícias alvissareiras, senhores auditores e agentes de tributos, há uma expectativa reconhecida por todos os organismos internacionais, FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano que o Brasil crescerá no ano de 2010, 5% do produto interno bruto.

São essas notícias alvissareiras, são essas políticas macroeconômicas adotadas pelo presidente Lula que estão incomodando tanto os parlamentares da Oposição

nesta Casa, até, porque, as medidas acertadas que foram tomadas pelo presidente Lula e por sua equipe econômica, também repercutiram positivamente no Estado da Bahia.

Todavia, cabe de forma ponderada, de forma calma, algumas considerações e explicações a respeito da economia do nosso Estado que, infelizmente alguns parlamentares da Oposição, teimam em não considerar. Sabemos que a economia baiana está ancorada em três pilares fundamentais: a indústria petroquímica, o serviço de comunicação e de energia. Estes três pilares são responsáveis por aproximadamente 40% do produto interno bruto da nossa economia.

E, por isso a economia do Estado da Bahia, foi aquela que mais sofreu com a crise, o nosso Estado foi o maior beneficiado com o financiamento do BNDS, de 375 milhões dentre todas as unidades da Federação e foi o que teve maior frustração de arrecadação.

Ora, o barril do petróleo chegou a ser vendido por U\$ 150, caiu para U\$ 30. No momento se encontra no patamar de U\$ 70. É evidente que o cálculo do ICMS sobre a venda de petróleo com uma alteração substancial como essa, repercute imediatamente na capacidade de arrecadação do nosso Estado.

É evidente que se há uma queda abrupta da produção industrial em todo o País e também na Bahia repercute na arrecadação do ICMS sobre a geração de energia. É natural que um estado que depende fortemente da arrecadação de ICMS como o setor de comunicação que, também, numa frustração de produção, numa redução do dinamismo econômico do Estado, repercuta, também, na arrecadação de ICMS do Estado.

Nós não estamos deixando de considerar que o Estado da Bahia foi o que mais sofreu. Foi o Estado onde a crise repercutiu mais fortemente. Estamos comemorando, sim, o cumprimento das metas fiscais, porque apesar dessa crise contundente que se abateu sobre o nosso Estado, o governo Jaques Wagner, em período correspondente ao mesmo período do governo anterior, por exemplo, aplicou mais recursos na segurança pública. O governo anterior, nesse mesmo período, no ano de 2005, em termos relativos, em termos percentuais destinou à segurança pública 50,78%; o governo Jaques Wagner, apesar da crise, apesar da forte frustração de arrecadação, aplicou 58,98% em segurança pública; o governo Jaques Wagner destinou à saúde, nesse mesmo período, janeiro a agosto de 2009, 65%, enquanto o governo anterior, no mesmo período correspondente, sem nenhuma crise, destinou, em termos relativos, 59%.

Ora, muitos aqui falaram sobre investimentos. O governo Jaques Wagner, com toda a crise que acabei de diagnosticar, de contextualizar, realizou investimentos de 22%; o governo anterior, sem crise alguma, destinou 24%. Portanto, nós estamos aqui nesta tribuna, em primeiro lugar, para, de forma ponderada, chamar a atenção que não procede o discurso da baixa execução orçamentária, até porque a execução orçamentária do nosso governo está plenamente compatível com outros governos anteriores, só há algo que difere de um governo para o outro, é que no governo anterior não havia crise, no nosso governo, nesse período que envolve janeiro a agosto, nós ficamos subordinados a uma das crises mais severas do capitalismo, crise

igual a essa só no século passado, a crise de 29.

Trata-se, de fato, de uma crise sem precedentes na história do capitalismo internacional. Mas, graças às políticas macroeconômicas adotadas pelo governo Lula, nós estamos superando a crise: retornamos ao crescimento; no mês de agosto o governo Lula foi capaz de gerar no Brasil 242 mil empregos com carteira assinada, repito, 242 mil empregos com carteira assinada, um fato histórico.

Apesar da crise, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, é importante destacar sempre a comparação: o governo do Brasil anterior ao nosso gerava, em média, 8 a 10 mil empregos por mês. O nosso governo, em plena crise financeira e imobiliária internacional gera, no mês de agosto, a marca inédita, recorde de 242 mil empregos com carteira assinada. Essa é a diferença, é o que nos insere tanto no âmbito nacional...

A Sr^a Fátima Nunes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Está inscrita, deputada Fátima Nunes.

(...) quanto no âmbito internacional.

Os colegas deputados da Oposição estão inquietos porque o governo Jaques Wagner cumpriu as metas. Ora, é inaceitável, é inadmissível que deputados da Oposição apostem no quanto pior melhor! É inaceitável e inadmissível que parlamentares da Oposição, com a caminhada e trajetória que muitos deles têm aqui, estejam apostando na crise, até porque a crise acaba se estendendo às populações mais pobres, mais carentes, às populações já tão sofridas do Brasil e do Estado da Bahia. É inadmissível que parlamentares, com a trajetória que muitos têm, e que eu os respeito muito, possam estar apostando no quanto pior melhor, estejam apostando na crise como instrumento, elemento para auferir dividendos eleitorais.

Felizmente os prognósticos, as previsões de alguns parlamentares não se efetivaram. Felizmente a economia nacional se recupera, ganha fôlego, cresce e vai fechar o ano com crescimento positivo. Felizmente, senhores parlamentares, o governo Jaques Wagner adotou medidas corretas. Primeiro, destinou R\$ 100 milhões, através da Desenhavia, para o socorro aos setores da economia mais prejudicados, como o setor calçadista, o setor de informática de Ilhéus e o setor naval. Em seguida, o nosso governo parcelou o pagamento do ICMS para vários segmentos do comércio. Também o nosso governo adotou a desoneração de alguns segmentos econômicos.

Infelizmente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, as medidas adotadas pelo governo Jaques Wagner não são merecedoras da apreciação e da atenção dos parlamentares da Oposição, exatamente porque essas medidas, esses acertos, esses cumprimentos de metas fiscais estão incomodando, de fato, aos parlamentares da Oposição, especialmente àqueles que desta tribuna desafiaram o governo, especialmente àqueles que subiram a esta tribuna por diversas vezes para anunciar que o governo não seria capaz de cumprir as metas fiscais.

Felizmente, o secretário Carlos Martins esteve aqui no dia de hoje e nos apresentou dados reveladores. Apesar da crise reconhecida, deputada Ângela Souza, deputado Javier, que frustrou em mais de R\$ 600 milhões, até agora, a arrecadação do Estado da Bahia, os dados revelam rigor fiscal, controle contábil e gestão eficiente do

ponto de vista administrativo.

Vejam os dados apresentados pelo secretário:

Receitas correntes: crescemos em 4,62% em relação ao mesmo período de 2008; Transferências correntes: conseguimos ampliar em 13,33% em relação ao período anterior;

Receita de capital: graças à capacidade de endividamento do nosso Estado, conseguimos operações de crédito que foram fundamentais para a recomposição do caixa do Tesouro do Estado e ampliamos em 248%.

Investimentos: aumentamos, deputado Javier, que me ouve com atenção, em 37% os investimentos realizados na Bahia em relação ao período anterior. No mesmo período, em 2008, já havíamos realizado R\$ 419 milhões de investimentos. Neste ano de 2009, apesar da crise, repito, realizamos investimentos da ordem de R\$ 575 milhões.

São dados alentadores.

A comemoração não é pela crise, a comemoração é pelo cumprimento das metas fiscais, o que permitiu ao nosso Estado a renovação do seu programa de ajuste fiscal junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

Cabe aqui algumas informações importantes. Há um parlamentar, que subiu a esta tribuna já por diversas vezes, que quer comparar a situação do Rio de Janeiro com a da Bahia. Foi dito hoje, alto e bom som, e explicado pelo secretário Carlos Martins que a grande receita do Rio de Janeiro é oriunda de *royalties* e não de ICMS.

O governo de Minas Gerais, tão elogiado e decantado muitas vezes aqui, em comparação com o governo da Bahia, teve que utilizar recursos da saúde, da segurança pública e da educação para pagar a folha de pessoal. Está estampado em todos os jornais que, diante da crise, o governador Aécio Neves, recentemente homenageado por esta Casa com o Título de Cidadão Baiano, foi obrigado a utilizar recursos da educação, da saúde e da segurança pública para pagar o pessoal porque, da mesma forma que a Bahia, o Estado de Minas Gerais também foi fortemente atingido pela crise internacional, que se abateu sobre todos os estados.

E por último, antes de conceder o aparte ao deputado Gildásio Penedo e, em seguida, à deputada Fátima Nunes, quero também, a título de esclarecimento, a título de contribuição para o debate...

Vou conceder um aparte a V.Ex^a, deputado Gildásio, logo em seguida

(...) nos últimos 8 anos, estou dizendo 8 anos, os governos da Bahia, diferentes governos, realizaram 59%, em média, de investimentos do que estava previsto.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Está inscrito, deputado.

(...) Cinquenta e nove por cento foi a média de investimentos realizada pelo governo da Bahia, estou me referindo a diferentes governos. Portanto, o patamar de investimentos que estamos realizando, até agora, é o mesmo patamar, em termos relativos, que realizou o governo anterior, com uma diferença, é que estamos em crise internacional. O governo anterior, no mesmo período, não tinha nenhuma crise que o importunasse, que lhe dificultasse a realização da sua execução orçamentária.

Os dados apresentados no dia de hoje pelo secretário Carlos Martins nos dão garantia de que o governo da Bahia está bem administrado, nos dão a garantia de que a Secretaria da Fazenda está sendo administrada com brilhantismo e competência pelo secretário Carlos Martins e a sua equipe. E, mais do que isso, nos dão a garantia de que, apesar de o Estado ter sido o maior prejudicado de todos os estados brasileiros, graças às medidas adotadas pelo governo Jaques Wagner, pelo nosso governo, paulatinamente, progressivamente, o Estado volta a crescer, volta a se desenvolver, para nossa felicidade e felicidade de todos os baianos.

Quero conceder um aparte ao deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Nobre deputado Waldenor, eu, primeiramente, queria agradecer a deferência de V.Ex^a me concedendo um aparte, que é justamente para tentar demonstrar aquilo de que já falamos, tanto na reunião da Comissão de Finanças, como também no Plenário, mostrando que não é bem esse o sentimento e o retrato da realidade.

V.Ex^a volta a se referir que o governo cumpriu todas as metas da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas não é bem verdadeira ou, pelo menos, não totalmente, essa afirmação.

Se V.Ex^a chegar a acompanhar no próprio relatório oficial, despesa com manutenção, desenvolvimento do ensino fundamental, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que o Estado, bem como os municípios, tem que gastar, no mínimo, 25% da receita corrente líquida com esse objetivo e, se fossem avaliados esses números, hoje, infelizmente, o governador Jaques Wagner estaria incorrendo em descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, até porque o valor, até o momento, é de 24,87%, aquém dos 25%, que era o limite mínimo estabelecido.

Portanto, não é verdadeira a falação de V.Ex^a, no que tange a que foram atingidas todas as metas. Não foram. Acho, inclusive, que tem tempo para isso, até porque a lei permite essa possibilidade de, até o final do exercício, chegar a esse número, mas o governo não cumpriu com um dos preceitos, inclusive, motivo de rejeição de dezenas e dezenas de prefeitos, que também são obrigados a cumprirem, no mínimo, 25% com a área de educação.

É esse registro que quero fazer, e também em relação às receitas próprias, aquelas que demandariam esforço único do Estado, se nós estivéssemos dependendo somente da articulação e da movimentação política do governo, estaríamos numa situação muito mais delicada, até porque, nas receitas próprias, chamadas receitas tributárias, e a principal delas é o ICMS, tivemos uma redução de quase 5% a menos do que o exercício anterior.

É esse reparo que faço e agradeço o aparte a V.Ex^a.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Eu incorporo o aparte de V.Ex^a e quero, inclusive, elogiar o comportamento de V.Ex^a na Comissão de Finanças e dizer que V.Ex^a, que é um grande parlamentar desta Casa legislativa, sabe muito bem que a meta de educação o governo tem a condição de cumpri-la até o final do ano. Não há exigência de cumprimento de meta de 25% no meio do período. O governo pode concluir, embora já esteja em 24,87%, muito próximo, qualquer governo, não é só o

nosso, poderá alcançar os 25% até o fechamento do exercício de 2009.

Quero pedir a deputada Fátima Nunes que, se possível, o seu aparte seja bem rapidinho porque temos apenas 2 minutos para a concessão do aparte a V.Ex^a.

A Sr^a Fátima Nunes:- Deputado Waldenor Pereira, eu só queria mesmo parabenizá-lo pelo brilhante pronunciamento, pelos esclarecimentos e pela abertura do debate em relação a apresentação da prestação de contas quadrimestral do nosso secretário. Quero dizer que quando estamos apreciando os números o fazemos com o olhar dos investimentos realizados nas políticas públicas que, de fato, vêm melhorando a vida das pessoas.

Portanto quero somar ao pronunciamento de V.Ex^a a nossa satisfação com o programa Água para Todos porque 1 milhão e 500 mil pessoas já foram beneficiadas com o programa de água. Muitas vezes vemos placas pregadas nas estradas com a promessa e sem a água e hoje, de fato, nós estamos vendo a água chegar às torneiras e as latas serem tiradas das cabeças, sobretudo das mulheres que é quem mais fazem esse esforço no sertão por aí afora.

Obrigada.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Obrigado, deputada Fátima Nunes.

Para concluir as minhas palavras, quero pedir desculpas ao deputado Gaban e a deputada Eliana, porque não haverá tempo suficiente. Mas quero ainda dizer que como resultado das políticas adotadas pelo governo Jaques Wagner o Estado da Bahia, no primeiro semestre, já cresceu mais do que o crescimento nacional 0,64% do PIB; no mesmo mês o comércio varejista baiano registrou a expansão de 8,5%. No mesmo período, também é importante destacar, que a Bahia gerou 43 mil 975 empregos formais com carteira assinada, o melhor desempenho do Nordeste brasileiro. Quero destacar ainda o acerto na descentralização das atividades econômicas conduzidas pelo atual governo que permitiu que 56% das novas vagas fossem para o interior do Estado.

E, finalmente, Sr. Presidente, com sua tolerância quero destacar que o setor de serviços e construção civil foram aqueles responsáveis pela maior absorção de mão-de-obra no nosso Estado.

Parabéns ao secretário Carlos Martins! Parabéns ao governador Jaques Wagner! Na condição de Líder do Governo estamos de fato comemorando, Srs. Deputados, não o ideal que desejaríamos, mas o cumprimento das metas fiscais o que vai permitir ao nosso Estado a relação com as instituições financeiras...

O Sr. PRESIDENTE (Misaél Neto):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- (...) a relação com o governo federal para não obstaculizar, não impedir, que as fontes de recursos se dirijam normalmente para permitir a estabilidade da nossa economia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Misaél Neto):- Estiveram presentes nas galerias os estudantes da Escola Municipal Miguel Arraes pelo programa Escola e Legislativo.

Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, pelo tempo de 5 minutos, falará o deputado Álvaro Gomes e, por 5 minutos, o deputado Javier Alfaya.

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, os bancários estão em greve reivindicando melhores salários, melhores condições de trabalho. A deflagração da greve aconteceu na semana passada e, até o momento, não tivemos ainda uma negociação séria com a direção dessas instituições de maneira a atender as reivindicações básicas dos bancários.

A adesão é muito grande, seja na Bahia, seja no restante do Brasil, uma vez que a nossa greve é nacional. Em todos os Estados os bancários estão mobilizados, paralisados, reivindicando melhores salários e condições de trabalho.

Está prevista uma reunião com a Federação Nacional dos Bancos para a próxima quinta-feira, à tarde, e estão previstas também reuniões com a direção do Banco do Brasil e com a Caixa Econômica para o dia de amanhã.

Os bancários estão nesse processo de mobilização reivindicando melhores salários, um índice de 5% de aumento real mais a inflação do período, que dão aproximadamente 10%. Reivindicam também a participação nos lucros. Os bancos têm obtido lucros extraordinários, lucros escandalosos que não condizem com a realidade da nossa sociedade, da nossa população. Enquanto os bancos estão tendo altos lucros a população enfrenta dificuldades. Por isso, os bancários entraram em greve.

A greve dos bancários diz respeito não apenas às reivindicações específicas, ela também diz respeito a um melhor atendimento à clientela. Essa é uma luta dos bancários, da categoria. Os bancos precisam atender melhor a clientela. Nesse sentido apresentei um projeto de lei à Assembleia Legislativa, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, que estabelece o tempo máximo de espera na fila dos bancos de 15 minutos.

Esse projeto já é lei municipal. Foi elaborado na época em que eu era presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia. Foi transforado em lei no município do Salvador por iniciativa do então vereador Daniel Almeida, é uma lei inédita. Hoje, temos essa lei em dezenas de municípios brasileiros. Por isso, esperamos que aqui também seja aprovado esse projeto de lei para que possamos contribuir com a melhoria do atendimento à clientela.

Durante esse processo de greve, alguns problemas aconteceram. Recebemos denúncias do presidente da Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe, do Sindicato dos Bancários da Bahia, também do presidente do Sindicato dos Bancários de Irecê. Os presidentes do Sindicato dos Bancários da Bahia, Euclides Fagundes, e do Sindicato dos Bancários de Irecê argumentaram que em algumas situações específicas os policiais militares estavam a serviço da instituição bancária. Isso

contraria toda a lógica do estado democrático de direito porque a Polícia Militar precisa estar a serviço da segurança de toda a população e não de uma parcela da população.

Já comuniquei esse fato ao Secretário da Segurança Pública que, imediatamente, tomou as providências e a partir de então me parece que as coisas foram normalizadas, pelo menos não recebi essa denúncia novamente. Por isso, estamos aqui prestando todo o apoio a essa greve, que é justa, e é de responsabilidade dos bancos que não atendem as reivindicações dos bancários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra o nobre deputado Javier Alfaya, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Sr. Presidente Misael, companheiros deputados e deputadas, companheiros da Fazenda que acompanham mais uma vez os trabalhos desta sessão, nos horam com suas presenças, podem estar certos de que nós, do PC do B, eu especialmente, estamos empenhados nesse mutirão que é encontrar uma saída legislativa estável, correta, por um longo tempo, se possível definitiva, para resolver essa pendência. De um lado, há a expectativa de importantes categorias do nosso funcionalismo, do outro, temos as limitações estabelecidas pelas Constituições Estadual e Federal relacionadas ao que se chama de subteto.

Esse assunto deve ser tratado com muita seriedade e consistência, considerando as ponderações do Sindsefaz, que empreende uma luta sindical com base teórica e argumentos políticos sólidos, e também o crescimento da arrecadação do Estado e as demandas de outros setores do governo, especialmente as do chefe do Executivo. Acho que estamos perto de um bom equacionamento; é isso os fazendários e outras categorias, que merecem o nosso respeito e admiração, necessitam.

Mas o principal tema, deputado Misael, é o seguinte: acabei de vir de uma belíssima atividade realizada na Fundação Luís Eduardo Magalhães, que contou com a presença de mais de 70 prefeituras, inclusive com a de Juazeiro, que é dirigida pelo mais brilhante prefeito do Norte baiano, Isaac Carvalho, do PCdoB. Esse evento foi para a assinatura da Gestão Ambiental Compartilhada – GAC, entre o governo da Bahia e 142 prefeituras.

Essa grande iniciativa da Secretaria do Meio Ambiente do nosso Estado, que é comandada pelo secretário Juliano Matos, contou com a participação de duas companheiras militantes ambientalistas. Uma delas é a arquiteta Adriana Diniz, responsável no governo da Bahia pelo programa contra o aquecimento global, e a outra é Kitty Tavares, competentes técnicas que exercem funções importantes dentro dessa Pasta e auxiliam diretamente o secretário.

Elas convenceram boa parte da estrutura da Secretaria do Meio Ambiente sobre a importância de se compartilhar e se normatizar as responsabilidades entre o governo da Bahia, que tem parte da responsabilidade em relação ao licenciamento

ambiental; o governo federal, que, através do Ibama, tem outra parte; e os municípios, que agora ganham novas competências no que diz respeito a esse procedimento.

E assim, deputado Misael, fica definido o que é impacto local. Esse é um conceito que, embora esteja na Constituição Federal, ainda não foi regulamentado nacionalmente. A Bahia é o primeiro Estado a regulamentar o que é impacto local em seus municípios.

Um desses impactos é a poluição sonora. Deputado Misael. V.Ex^a sabe que esse é um problema ambiental sério, e aqui na nossa capital esse tema ganha uma relevância incrível. Sou até o autor da lei municipal de Salvador contra a poluição sonora. A sua cidade, Juazeiro, também tem uma lei de combate à poluição sonora.

Também deveríamos ter na Assembleia uma norma de controle da poluição sonora neste Plenário, tendo em vista o comportamento bastante efusivo que algumas vezes acontece aqui, infelizmente. Mas este espaço não é a Feira de São Joaquim. Temos de nos adaptar, o máximo possível, a esse tipo de comportamento informal que temos até mesmo neste ambiente um pouco mais formal. Nem tanta sisudez nem tanto Feira de São Joaquim. Temos de encontrar um meio termo para funcionarmos bem. Mas ainda bem que V.Ex^a me ouve, e uma parte da sociedade baiana nos ouvirá pela *TV Assembleia*.

Quero dizer, como deputado ambientalista, arquiteto de formação, com 30 anos de participação, desde a época da Faculdade, nas lutas ambientais de nosso Estado, que estou muito feliz.

Dou os parabéns ao secretário do Meio Ambiente, Juliano Matos, ao governador do Estado da Bahia e às 142 prefeituras que assinaram esse pacto de Gestão Ambiental Compartilhada. Meus parabéns também às nossas companheiras Kitty Tavares e Adriane Diniz pelo grande trabalho.

Permita-me somente concluir em 1 minuto apenas.

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Seja breve, pois o tempo de V.Ex^a se encontra esgotado. Mas terá 1 minuto.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Permita-me apenas, deputado, dizer o seguinte: também vejo com muita satisfação que o nosso governo Wagner conseguiu superar mais uma crise, agora na área da Cultura.

Com relação às críticas relativas à falta de apoio a algumas instituições importantes de cultura do nosso Estado, deputado Waldenor, vejo, com muita alegria, que o nosso governo normatizou a ajuda às fundações, aos museus privados e às instituições privadas de cultura como a Casa de Jorge Amado e o Teatro dos 18, no Pelourinho, o Museu Carlos Costa Pinto, no Corredor da Vitória, a Academia de Letras da Bahia, o Museu Hansen Bahia, o Núcleo de Incentivo Cultural de Santo Amaro, o Instituto Geográfico Histórico da Bahia, a Fundação Pierre Verger, o Teatro Gamboa, o Museu da Misericórdia, o Teatro Popular de Ilhéus. Enfim, temos hoje uma lei que organizará..., tirando aquela relação de “amiguismo”, de compadrio que havia na época em que outros gerenciavam a cultura como se ela fosse apenas matéria-prima do turismo. Temos hoje, portanto, uma norma que estabelece de que maneira o governo da Bahia ajudará essas instituições.

Até vai aumentar, deputado Misael, de R\$ 450 mil para R\$ 550 mil a ajuda anual a essas instituições, contanto que elas deem, como contrapartida, 20% daquilo que é oferecido a elas pelo governo do Estado.

Então estão de parabéns o secretário Márcio Meireles, sua equipe, o nosso governador Jaques Wagner, porque se equaciona uma pendência relativamente grave que havia nessa área da cultura e que gerou até algum tipo de desgaste para o governo. Supera-se essa fase, e a Secretaria de Cultura, com muita competência, equaciona com honestidade, limpeza, correção institucional essa relação entre a ajuda do governo e as entidades ajudadas nesse novo programa – as instituições culturais privadas.

Muito obrigado pela tolerância, deputado Misael.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao representante do PSB.

A Sr^a Deputada Fátima Nunes:- Sr. Presidente, com a palavra o deputado Capitão Tadeu, por todo tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Pelo tempo de 10 minutos, falará o deputado Capitão Tadeu.

As críticas do deputado Javier Alfaya à poluição sonora no Plenário são corretas, razão por que solicito aos demais colegas um pouco de silêncio.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, funcionários, imprensa, povo baiano, estou subindo a esta tribuna para deixar clara a minha posição com relação ao teto salarial do Estado, a cujo projeto não tenho a mínima condição de votar favoravelmente e justificarei essa minha posição.

Primeiro, devo dizer que acho justo o aumento desse teto e que o Estado deveria até aumentar o teto do Executivo equiparando-o ao do Poder Judiciário, pois é injusto o teto de R\$16 mil e fração para o Executivo, enquanto para o Judiciário ele está em R\$24 mil e pouco! Acho justo, correto, e até retardado, esse projeto, mas não tenho como vota favoravelmente a ele por uma razão muito simples: os policiais militares da base, que ganham pouco, que foram feridos nos festejos do 7 de Setembro por omissão do Estado na Segurança Pública estão abandonados pelo governo do Estado, que não lhes está pagando, e não estão recebendo remédios para curar os tiros que levaram.

Sábado à noite, senhores, recebi uma ligação de um policial, que estava em casa gemendo de dor por causa dos tiros que levou nas festividades do 7 de Setembro, e o Estado não dá os remédios a ele.

Fiz, em 18 de agosto, um protesto bem-humorado com um festival de pizza, lembrando que existe, há 12 anos, uma lei aprovada por esta Casa, que criou o auxílio-acidente para que o policial tivesse dinheiro para comprar remédio. Faz 12 anos que essa lei foi aprovada, mas falta a regulamentação dela! São 12 anos, e Paulo Souto não regulamentou, César Borges não regulamentou, depois não regulamentou de novo e Wagner ainda não regulamentou.

Por conta disso, os policiais foram baleados e não tem remédio para eles. Tivemos que fazer uma vaquinha com outros policiais. O Observatório da Cidadania ajudando para que eles pudessem passar a dor que estavam sentindo por conta disso.

Deputado Sandro Régis, como eu posso votar um projeto destes, que vai aumentar o salário dos servidores do Estado que já estão no teto, que é justo mas ainda é pouco, enquanto os companheiros que ganham pouco não têm dinheiro para comprar um remédio pra passar a dor?!

Por uma questão de princípio, por uma questão de princípio, devo dizer, acho justo o aumento do teto, mas neste momento não tenho como votar favoravelmente pela dor desses companheiros.

O que eu poderia justificar num aumento de cerca de 25% para coronéis, delegados, auditores, enfim, aqueles que ganham mais no Estado, enquanto quem está em baixo não tem dinheiro para o remédio pra sua dor física? Eu não tenho como justificar isso.

Há exatamente um ano, digo exatamente porque hoje se completa um ano, apresentei ao governo do Estado propostas para conter a violência contra os policiais - um ano nesta terça, repito - e não recebi nenhuma resposta. Entre as propostas estava a de regulamentar o auxílio-acidente para que policial ferido em serviço pudesse receber uma gratificação para comprar o remédio, a cadeira de rodas, a muleta. Isso não acontece, nem resposta me deram.

Por conta disso, quero deixar bem claro: é justo o aumento do teto salarial do Estado. É pouco até. Deveria ser 24 mil, como no Tribunal de Justiça. Mas, em função da falta de recursos para comprar remédio pra quem ganha pouco - os soldados da Polícia Militar, os sargentos -, não tenho nenhuma condição moral de votar este projeto.

Que fique registrada a minha posição muito clara, bem clara, bastante transparente, e um pedido. Deputado Zé Neto, V.Ex^a que tem me agredido desta tribuna, peço-lhe aqui que cobre do governo o remédio para os policiais que foram baleados no dia 7 de setembro. Esses policiais estão sentindo dores, e o Estado não está dando remédio para eles. Então peço ao senhor que deixe essa postura mixuruca e consiga o remédio para os policiais. Agradeceria muito em nome dos nossos PMs se V.Ex^a, como Líder e baluarte do PT, conseguisse os remédios para suprir as dores deles.

Registro mais uma vez: nada contra o aumento do teto, mas por uma questão de princípio neste momento histórico em que o governo abandona policiais feridos quando estavam em defesa da sociedade. Este é o meu protesto.

Obrigado, senhores.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao representante do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, antes de anunciar os oradores, que são os deputados Júnior Magalhães e Gaban, quero dizer que a Bancada da Oposição não é

contra a votação do subteto. A do governo é que não pode votar um projeto inconstitucional. Já nós votamos a favor, desde que esteja dentro da legalidade.

O deputado Júnior Magalhães, nosso representante na Mesa Diretora da Casa, e posteriormente o deputado Gaban falarão cada um por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra o deputado Júnior Magalhães pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JÚNIOR MAGALHÃES:- Sr. Presidente, deputado Misael Neto, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. da Imprensa e das Galerias, quero também, juntamente com o deputado Heraldo Rocha, confirmar a posição da Bancada de Oposição a respeito do subteto, mas precisamos, deputado Heraldo Rocha, falar a verdade, pois está bem claro no § 2º, artigo 28, da Constituição federal: “*Os subsídios do governador, do vice-governador e dos secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa.*”

Historicamente, esse projeto sempre foi de iniciativa da Mesa Diretora, está aqui no § 1º, artigo 40, do Regimento Interno desta Casa: “*As decisões da Mesa serão tomadas por maioria dos votos, presentes mais da metade dos seus membros.*” O projeto de nº 18.267/2009 foi apresentado sem antes passar pela Mesa Diretora, da qual sou o 2º secretário, e no meu entendimento ele não poderia ter sido apresentado. Os cinco deputados que assinaram poderiam apresentar projetos, porque têm legitimidade para isso, mas eles não poderiam apresentar um projeto assinando pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa da Bahia.

Esse procedimento não está no Regimento Interno, mas a praxe da Casa, quando se trata de subsídios, sempre foi de, inicialmente, passar pelo crivo da Mesa Diretora, que é quem apresenta para vir ao Plenário.

Vejo o governo apresentando essa proposta, que já foi discutida aqui, e todos os deputados aqui sabem, ou a grande Maioria...

O Sr. Javier Alfaya:- Não é o governo que apresenta a proposta, deputado!

O Sr. JÚNIOR MAGALHÃES:- Deputado, V.Exª está nervoso?

O Sr. Javier Alfaya:- Não é o governo que apresenta a proposta, deputado!

O Sr. JÚNIOR MAGALHÃES:- O projeto foi apresentado pelos deputados Marcelo Nilo, Antônia Pedrosa e Capitão Fábio.

Entendemos que esse projeto é inconstitucional, pois as Constituições federal e estadual preceituam, claramente, que o teto do servidor público é o salário do Exmº. Sr. Governador.

E nesse ponto, Sr. Presidente, deputado Misael, vejo uma manobra para querer jogar para a galera. Se o governador não quer o valor, deve devolvê-lo para as Obras Sociais Irmã Dulce ou para outra entidade, mas precisamos falar a verdade e não ficar, muitas das vezes, colocando os servidores contra os deputados da Oposição.

Não houve reunião da Mesa, inclusive o presidente já foi comunicado disso. Vamos fazer pelos caminhos da legalidade! Amanhã é quarta-feira, reunião da Mesa, levem as propostas para discutirmos e votarmos, e só depois disso o projeto virá para o Plenário, respeitando os preceitos do Regimento Interno e das Constituições federal e estadual. Quero dizer, Sr. Presidente, que na Bancada de Oposição sou um deputado

muito ponderado, tanto que alguns dizem, às vezes, que estou “na muda”, outros dizem que sou oposição *light*, mas sou oposição responsável. Temos aqui três anos na Bancada da Oposição, jamais votamos contra o Estado, jamais votamos contra a Bahia. Não fazemos o trabalho da Oposição do passado, que votou contra empréstimos para o metrô, contra a Ford, e tantas outras obras.

Queremos dizer que somos favoráveis ao subteto, mas queremos uma proposta legal, constitucional, e não jogar para a galera, e querer mexer no teto sabendo que não temos legitimidade para essa iniciativa. E colocam na ementa “*Dispõe sobre o limite remuneratório dos servidores públicos.*” Isso não é iniciativa nossa, tem que ser iniciativa do Executivo. Só quem pode tratar de remuneração é o Executivo, nós tratamos dos subsídios dos agentes políticos, do governador, do vice e dos secretários de Estado.

Na sua fundamentação, eles dizem que o projeto é igual ao de Pernambuco, mas não é! O projeto está aqui na minha mão, e ele diz, no seu artigo 1º: “*Ficam mantidos para fins de percepção mensal os valores dos subsídios do governador, do vice-governador e dos secretários de Estado.*”

Quero, Sr. Presidente, aproveitando a presença de V.Ex^a, como membro da Mesa Diretora, solicitar a V.Ex^a que esse projeto, amanhã, na reunião da Mesa... Não houve reunião da Mesa e essa proposta, no meu entendimento, não poderia ser apresentada. Os cinco deputados que estão aqui, inclusive V.Ex^a, pode apresentar qualquer projeto, todos nós temos legitimidade para isso, agora o que não pode é somente quatro assinarem o projeto como se ele fosse proveniente da Mesa Diretora. A praxe da Casa é que projetos dessa envergadura passe inicialmente pela Mesa Diretora.

Quero pedir a V.Ex^a pelo bom senso, V.Ex^a sabe do respeito e da admiração que tenho a V.Ex^a e vamos fazer a votação do subteto de forma legal, constitucional, que atenda ao pleito dos servidores, mas que não seja uma coisa que futuramente vai ser questionado na Justiça.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, esta Casa é testemunha que eu tenho feito o possível para votar esse projeto do subteto. Mas vou deferir a questão de ordem do deputado Júnior Magalhães e vou, mais uma vez, mostrando a boa vontade desta Presidência fazer uma coisa de consenso.

Está convocada a reunião da Mesa amanhã, vamos votar e será publicado na quinta-feira, será votada a urgência na outra terça-feira e será votado no Plenário na outra terça-feira. A Presidência gostaria de dar satisfação aos Srs. Auditores que tem feito o possível, vez que atende à unanimidade dos servidores. Mas tendo em vista que a semana passada o deputado Paulo Azi levantou a questão de ordem e eu deferi, o deputado Júnior Magalhães mais uma vez levanta a questão de ordem e eu deferi, apesar de ainda estar convencido que nós teríamos condições de votar hoje, mas como o presidente da Casa tem o dever de fazer as coisa em consenso e a

unanimidade, fica mais uma vez adiado. Votaremos amanhã na Mesa Diretora, se tiver *quorum* na quinta-feira votaremos a urgência e votaremos o projeto na terça-feira seguinte.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem ao deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, gostaria de parabenizar V.Ex^a por essa acertada decisão. Esse projeto não pode sair com vício de iniciativa e discussão interna na Mesa Diretora. V.Ex^a não estava hoje na audiência onde o secretário da Fazenda e o Líder Heraldo Rocha colocaram que quando houver redação do projeto é para passar pela aprovação do procurador jurídico da Casa Graciliano Ramos, nós aprovaremos com dispensa de formalidade, poderemos votar isso amanhã.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem ao deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, primeiro parabéns pela decisão sábia de V.Ex^a e quero fazer um apelo aos Srs. Deputados para estarmos aqui presentes para ver se concluímos esse projeto. A espera é longa e já há um consenso e um entendimento nesse sentido, então faço um apelo aos deputados do PR para darmos *quorum* na quinta-feira pela manhã para acelerarmos a votação desse projeto. O PR em nenhum momento colocou dificuldade e nós estamos também, deputado Gaban, no propósito de assinar qualquer dispensa de formalidade para acelerarmos a votação desse projeto, como também não vejo o deputado Heraldo Rocha com obstáculos nesse sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A Presidência vai telefonar para todos os 62 deputados fazendo um apelo para estarem presentes aqui na quinta-feira. Estou fazendo de público um apelo. Inclusive vou telefonar para todos para estarem presentes aqui na quinta-feira para votarmos a urgência.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, já está bem claro que se o projeto estiver dentro da legalidade, nós dispensaremos as formalidades e votaremos o projeto na hora que V.Ex^a o trouxer a Plenário. Agora, não podemos, Sr. Presidente, rasgar a Constituição do Estado. Se na hora que o projeto chegar aqui ele preencher a legalidade, a constitucionalidade, nós o votaremos imediatamente, porque somos favoráveis. Não precisa deixar para quinta-feira, pode ser amanhã. Mas um projeto como esse nós não poderíamos votar...

Não quero mais discutir o assunto. V.Ex^a já tomou a medida. Amanhã, se o projeto estiver dentro da legalidade, nós vamos votá-lo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Heraldo, a Presidência está apresentando um projeto que é constitucional e legal. Eu estou informando que ele é constitucional e legal. Agora, compete à Comissão de Constituição e Justiça decidir a legalidade do projeto. Já disse aqui, com muita clareza, que não vou trazer um

parecer jurídico de quem quer que seja, porque seria um desrespeito à própria comissão.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gildásio Penedo, que será o último orador sobre esse assunto.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho por V.Ex^a – V.Ex^a sabe do apreço que lhe tenho, embora sejamos de posições políticas divergentes –, quero contraditá-lo veementemente. Não incorra nesse equívoco. Não é preciso ser jurista, ser advogado para alegar a inconstitucionalidade dessa matéria. Eu quero, aqui, dizer claramente que esse projeto, na forma originalmente apresentada, é inconstitucional, Sr. Presidente. Portanto, vamos fazer um esforço...

A Oposição já sinalizou claramente sua boa vontade. Eu espero que o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o patrono da admissibilidade das matérias nesta Casa, assuma claramente sua posição e procure agir com bom senso para que possamos votar por acordo, com dispensa de formalidades, mas, evidentemente, respeitando-se os parâmetros legais, já que, infelizmente, essa matéria não é constitucional, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Fica o registro da questão de ordem de V.Ex^a, mas a Presidência discorda e mantém sua posição. O projeto será apresentado amanhã, e estou aberto a qualquer negociação. Se os Líderes partidários chegarem a um acordo, podem trazer o projeto que eu o coloco em Plenário.

Agora, a Presidência assume que o projeto é constitucional. Caso o deputado se ache no direito, pode entrar na Justiça. Se a Justiça decidir pela inconstitucionalidade, a Presidência estará aqui para cumprir.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, queria só chamar a atenção do deputado Gildásio Penedo, brilhante deputado da Oposição, para que projeto similar já foi aprovado e está vigorando no Estado de Pernambuco.

Portanto, vamos flexibilizar no sentido de aprovar o projeto o mais rapidamente possível, porque mais de 600 – se não me engano, quase 800 – servidores públicos do Estado da Bahia estão dependendo da aprovação dele. Inclusive, muitos aqui presentes, auditores, oficiais da Polícia Militar, dentre outros servidores, estão aguardando a aprovação desse projeto pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Ora, se já há aprovação no Estado de Pernambuco e em outros estados – se não me engano, parece que também no Rio Grande Sul foi aprovado projeto similar – vamos aprová-lo. Se houver inconstitucionalidade, que alguém entre na Justiça com uma Adin, mas não se justifica deixar de aprovar um projeto quando todos estão conscientes da importância de permitir que os servidores, que estão sendo prejudicados, possam se beneficiar dentro do teto estabelecido por esta Casa Legislativa.

Esta é a nossa questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Fica o registro da questão de ordem de V.Ex^a.

Quero dizer aos Srs. Servidores que o projeto tem data retroativa a 1º de agosto, portanto, não serão prejudicados. Eu quero apenas forçar ao máximo o acordo político entre a Base do governo e a Base da Oposição.

Vou levar o projeto amanhã para a Mesa Diretora. Caberá a ela decidir. Posteriormente, se tivermos quórum na quinta-feira... vou ligar pessoalmente para os Srs. Deputados para que possamos realizar a sessão na quinta-feira e votar o projeto, em seu mérito, na terça-feira.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, inicialmente, quero perdoar V.Ex^a, deputado Waldenor, porque é um professor e, naturalmente, não tem a obrigação de conhecer contabilidade pública. Mas eu tenho, e não posso agir diferente em relação ao secretário da Fazenda do Estado da Bahia, que tenta, de uma maneira inconsequente descredenciar uma matéria do jornal *A Tarde*, apresentando dados inconsistentes.

Basta ver, deputado Waldenor Pereira, que ele acabou dizendo na comissão, hoje, como diz o deputado Paulo Azi, que além de ser deselegante com a jornalista que lá estava, ele tentou através de dados inconsistentes, dizendo que com recursos e rubricas específicas de folha de pessoal, comprou armamento, por isso que o investimento está camuflado. Mas, por que camuflar investimentos, se existe uma rubrica específica para investimentos? Não se pode faltar com a verdade quando o assunto é sério, tanto é que ele teve o cuidado, e nós alertamos, não tinha nenhuma fonte, foi um documento apresentado de última hora, sem nenhuma credibilidade os gráficos apresentados.

A verdade é que o crime organizado tomou conta da Bahia, porque, se em 2007, o Estado investiu 57 milhões em segurança pública, no ano de 2008, investiu 18 milhões e, neste ano, investiu 12 milhões, não gastou 9% do investimento.

A nossa Polícia Militar é competente, confio na Polícia Militar, mas atrás de uma farda há um homem comum, que, se não tiver um armamento adequado e um colete de proteção, não vai enfrentar o crime organizado.

Ele foi indelicado com este parlamentar, não adiante querer transformar uma inverdade, uma mentira, em verdade. Quem saiu do debate foi ele, porque eu apresentei os 25 questionamentos por escrito. Eu apenas li. Na primeira resposta que ele quis dar, veio dizer que eu perdi no tribunal por 5 x 1. Eu olhei para um lado e para outro, pensando que fosse com outra pessoa. Ele repetiu: O senhor perdeu no tribunal por 5 x 1, com aquele nervosismo exagerado. Depois de umas 4 ou 5 vezes ele dizendo que eu perdi no tribunal, eu entendi. Era que o Tribunal de Contas do Estado tinha aprovado as contas do governo por 5 x 1.

É um secretário destemperado, despreparado, que vem a esta Casa, nós o tratamos da maneira que deve ser tratada uma autoridade, e ele não teve a

reciprocidade. Mas isso se justifica porque ele queria, única e exclusivamente, tratar do genérico e não entrar no específico, porque não tem conhecimento, portanto deveria trazer a assessoria para ajudar a responder. Isso não seria nenhum demérito, eu entenderia. Pode ser que esteja tomando conta das finanças sem ter condições. É um homem de confiança do governador, mas tem que se assessorar bem. É isso que se exige de um bom gestor.

Mesmo falando do genérico, deputado Pedro Alcântara, ele cometeu um deslize incalculável, dizendo que a Bahia iria crescer a partir de agora e que nos estados do Nordeste iria cair o ICMS. Ele disse que o Fundo de Participação dos Estados iria cair, por isso em todos os estados nordestinos iria cair. Só que ele se esqueceu que a maior participação no Fundo de Participação dos Estados é da Bahia, de quase 10%. Então, ele é inconsequente nos números, não pode querer mexer com a nossa inteligência.

Eu desafio qualquer escritório de contabilidade da Bahia que dê um parecer diferente do que publicou o jornal *A Tarde* de hoje. É um relatório idêntico à análise que nós fazemos, à análise que os auditores fiscais do Estado fazem. Existe declaração e pronunciamento de auditor fiscal do Estado hoje.

Então, não pode tapar o sol com panela, essa é a grande realidade. Depois, diz que é uma crise que veio para a Bahia através do petróleo. Cadê o Rio de Janeiro, que tem 10% de crescimento?

Eu o perdoo novamente, deputado Waldenor Pereira, porque ele o induziu a falar que o Rio de Janeiro gosta dos *royalties*. É lógico que sim, mas o ICMS do Rio de Janeiro cresceu 10% e o da Bahia caiu 4,6%, quase 10% a menos que o da Paraíba, é o último do Nordeste e o penúltimo do Brasil.

Acorda governo! Pare com essa letargia, pare de querer inventar, colocar folha de pessoal, custeio, para justificar o empenho. Nós temos que lamentar a falta de uma política para trazer... a Vale está trazendo R\$180 bilhões, o Ceará será beneficiado, o Espírito Santo também, vários outros estados são beneficiados, mas a Bahia não! A Petrobras vai trazer um investimento de R\$220 bilhões, o Rio de Janeiro pega R\$70, Maranhão, R\$40, Ceará, R\$7, Pernambuco R\$12, e a Bahia nada!

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Concluindo, Sr. Presidente, é essa a realidade! Que o secretário venha à próxima reunião com técnicos para auxiliá-lo, porque quem não conhece não pode mentir, não pode omitir-se, não pode fugir do debate!

Ele quis criar um fato político ao dizer que perdi de 5x1. Mas foi a Bahia que perdeu a oportunidade de ter as contas de 2008 ajustadas! Entendo que o conselheiro Zilton Rocha falou em 2007 – finalizando, Sr. Presidente! –, aprovando as contas do governador, com uma série de ressalvas, apenas e tão somente, por ser o primeiro ano da administração dele, o governador. Todos os itens se agravaram em 2008, a exemplo, só para simplificar, da contratação dos Redas, que cresceu 28% em relação a 2007!

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Concluindo, Sr. Presidente, nos votos políticos do Tribunal de

Contas vale a consciência de cada um conselheiro. Não me cabe analisá-los, mas os números estão aí, e, infelizmente, a Bahia está em último lugar no Nordeste e no penúltimo no Brasil.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PRP para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de oito minutos.

O Sr. Javier Alfaya:- Deputado Gilberto Brito, pelo tempo de oito minutos, falará o deputado Zé Neto, representando os três partidos.

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o deputado Zé Neto, pelo tempo de oito minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, primeiro, a Oposição tem que saber o que quer, porque, quando o Plenário está repleto e as demais dependências da Casa com a presença dos trabalhadores, diz que o governo não está repassando recursos para aumentar os salários dos trabalhadores da Polícia Civil e Militar, etc. Hoje pela manhã, ela reclamou que o custeio do Estado e a folha de pagamento estão estourados, que está se pagando muito e que o descontrole da folha é absurdo.

De tudo que foi dito hoje, realmente vamos ter que administrar a folha de pagamento, porque foi dado às categorias dos servidores do Estado o maior aumento real nos últimos 40 anos! Isso precisa ser dito! Todas! Não há uma categoria sequer que tenha tido um ganho real maior que a inflação, em muitos casos, nos últimos 40 anos, igual ao que Bahia proporcionou aos seus servidores públicos nesses últimos 3 anos e meio. É preciso lembrar que, antes, em muitos casos havia um aumento que não combinava com a inflação!

Não posso deixar de registrar também o preparo, o equilíbrio, a coerência e a capacidade de dirimir dúvidas demonstrados pelo secretário Carlos Martins hoje pela manhã. Quando vimos *A Tarde*, ficamos preocupados com uma matéria densa, de uma página, com ampla divulgação na capa, na qual o secretário dirimiou todas as dúvidas ponto a ponto, fez todos os esclarecimentos e deixou muito claro que a execução orçamentária do nosso governo é tranquila. Parece que, hoje, aqueles que reclamavam tomaram um chá de esquecimento para não dizer outra coisa.

Vejamos Paulo Souto, em agosto de 2005, comparado com Wagner, em agosto de 2009, depois da maior crise econômica dos últimos 60 anos, no mundo.

Em 2005, total atualizado do orçamento em agosto: R\$14,7 bilhões; do nosso, em , 2008, R\$23,17 bilhões. Olhem a diferença! Receitas correntes realizadas por Paulo Souto até agosto de 2005, sem nenhuma crise: 65,17% da receita realizada. Pelo governo Jaques Wagner 60,51%! Bastante equivalente!

Despesas correntes líquidas: Paulo Souto, até agosto de 2005, 60,56%; Jaques Wagner, 59,19%, equivalente. Mas o melhor está aqui. Investimentos: juros e encargos da dívida, Paulo Souto, 47%; Jaques Wagner, 57,61%. Amortização da dívida, 69, 88%, Paulo Souto, agosto de 2005, sem nenhuma crise; Jaques Wagner,

93,14%, com a crise, e nós estamos aí amortecendo a dívida e caminhando com os pés seguros.

Segurança pública, é bom não confundir o que está gasto com o que está empenhado e o que está executado. Execução orçamentária, agosto de 2005, Segurança Pública, Paulo Souto, sem crise, 50,78; Jaques Wagner, 58,98%, uma diferença de 9%. Isso demonstra claramente a posição tranquila da execução orçamentária deste governo.

Despesa por função, essa é que é a melhor, deputado Heraldo Rocha, que fala tanto da saúde, a saúde que vocês deixaram e, graças a Deus, estão distantes, vão passar mais uns 30 anos longe do poder, no mínimo, para que o povo da Bahia possa ser feliz. Porque a saúde que encontramos, todos os hospitais destruídos, só 7 municípios com mais de 5 atendimentos médicos modalidade pública e uma dizimação.

Já temos lá 400 postos da família contratados, 169 já inaugurados, 27 reformas de hospitais. O Hospital Clériston Andrade, esta semana entregamos 12 milhões em obras; entregamos um hospital novo em Juazeiro, vamos entregar um hospital novo em Santo Antônio de Jesus, entregamos agora uma grande reforma de hospitais e estamos levando à frente, vamos fazer mais 42 reformas, estamos com o pé no chão, tranquilos. Sem lembrar que levamos neurocirurgia para o Oeste, lá para Barreiras; levamos neurocirurgia para Conquista que não tinha, levamos para Feira de Santana que não tinha, levamos para Juazeiro que tinha, e é bom lembrar que chegando à Bahia, deputado Javier, só tinha neurocirurgia em Salvador. E passaram aí mais de 20 anos sem mexer numa reforma de hospital. Começaram em Santo Antônio de Jesus naquela embromação; Juazeiro, fizeram o esqueleto e deixaram lá, é mentira? Não, não tem mentira nenhuma nisso, vamos para alguns dados.

Sabe qual foi o orçamento aqui? Execução orçamentária da saúde. Paulo Souto, até agosto de 2005, 59,27%; Jaques Wagner, 65,06% de execução da saúde. Olhe a diferença, não tem nem comparação. Educação, equitativa, 52 a 50,5.

É essa a verdade, é essa a realidade, e esse é o fato que nós temos que levar a público para que não fiquemos a ouvir uma ladainha e os rame-rames aqui de uma Oposição sem projetos. Mas não têm projeto, porque o projeto que tinham foi vencido e vai ficar longe da Bahia por muito tempo.

Aqui, - para lembrar, - na Bahia, conforme os dados do IBGE, deputado Heraldo Rocha, deputado Gaban, IBGE, primeiro semestre de 2009, crescimento de 0,64% no PIB baiano, resultado esse que ficou acima da taxa média brasileira que é de menos 1,2. No mesmo mês, primeiro semestre de 2009, comércio varejista baiano registra uma expansão de 8,5% no volume de vendas na comparação com o mesmo período de 2008, ao passo que o Brasil teve uma expansão de 5,2%.

Esses são os dados do IBGE, esses são os dados que temos que apresentar, e eu não podia encerrar a minha fala sem dizer que hoje a Oposição deu um *show* de imaturidade, de dados desconexos que para o nosso prazer e alegria foram todos eles colocados a limpo. E o secretário está de parabéns por vir a esta Casa e todas as vezes que vem fica até as duas da tarde, duas e quinze, todas as perguntas são feitas, não

tem sabatina marcada. Demos uma demonstração, mais uma vez, que a Bahia de todos nós já é mais do que uma realidade, já é uma vivência prazerosa onde a democracia prevalece, a transparência prevalece e o progresso do povo da Bahia é o dom de um governo responsável com o seu tempo.

Era isso.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o nobre Líder do PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, por 3 minutos falará o deputado Javier Alfaya e eu usarei os 5 minutos restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o deputado Javier Alfaya pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Deputados, deputadas, povo da Bahia, dando sequência a esse esclarecimento necessário ao nosso povo, à sociedade como um todo, os dados apresentados pelo secretário Carlos Martins na audiência, hoje pela manhã, deputado Pedro Alcântara – muito obrigado pela cessão do tempo do PR, seu partido –, são dados absolutamente honestos. Em primeiro lugar, porque poderia ser uma manobra, poderia ser uma invencionice que pudesse calar temporariamente críticas vindas da Oposição, mas, não, são dados honestos, deputado Luciano Simões, que se encontram no site da Secretaria da Fazenda – www.sefaz.ba.gov.br.

Somos um governo que apresenta a execução e o andamento das contas para a sociedade através da internet, diferentemente do que ocorreu nos últimos três, quatro, cinco governos que estiveram à frente dos destinos da Bahia. E é impressionante a comparação, a exceção, deputado Gilberto Brito, V.Ex^a que é delegado de polícia, portanto, funcionário da Secretaria da Segurança Pública do Estado, funcionário do governo, V.Ex^a que acompanha essa problemática, embora não fale muito sobre ela, mas se interessa por segurança pública. Por exemplo, na função Segurança Pública a diferença de execução entre o governo Paulo Souto, que V.Ex^a conhece e até defendia aquele governo antes, e a execução agora do governo Wagner, é uma diferença de 9%. A execução até agosto de 2005, na função Segurança Pública, era de, aproximadamente, 51%, e a execução agora em agosto de 2009, no governo Wagner, é de 59%, portanto, a diferença é exatamente de 8% para mais, a favor do governo Wagner. A mesma coisa na Saúde, aproximadamente 6% de execução a mais em relação a agosto de 2005, quando era Paulo Souto o governador, em relação a este agosto passado, de 2009, do nosso governador Jaques Wagner. As despesas na Educação é que são semelhantes: Paulo Souto, até agosto de 2005, tinha executado 52,11%, e no nosso governo, de fato, temos uma queda de execução, pois é 50,43%. Mas na área da Segurança Pública, que tem sido objeto de tanta crítica e supostas crises aqui dentro do plenário, inclusive, nós ganhamos em 8%, como também acontece em outros tantos critérios.

Portanto, parabéns ao secretário Carlos Martins pela tolerância, pela paciência, pela capacidade, pela competência. Mais uma vez declaro meu otimismo de que

vamos resolver essa expectativa e pendências dos companheiros auditores e demais funcionários da Fazenda e as outras demandas que tanto a Assembleia e o governo da Bahia têm em relação a essa matéria do subteto.

Muito obrigado deputados. Muito obrigado deputado Pedro Alcântara.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o deputado Pedro Alcântara pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, ouvintes da *TV Assembleia*, há pouco, na Fundação Deputado Luís Eduardo Magalhães, com a presença de S. Ex^a o Governador e o secretário Juliano de Souza Matos, foi aprovado convênio de cooperação técnica com a adesão de mais de cem prefeitos, onde Juazeiro foi contemplada – e ali estava também presente o prefeito Isaac Carvalho, companheiro, e o Sr. Secretário da Agricultura Jairton.

Interessante esse projeto. Acho que é algo que deve ser debatido aqui nesta Casa, porque ele tem uma ação relevante no meio ambiente. E sabemos hoje das dificuldades e do entendimento entre os Poderes, em nível federal, estadual e municipal, e aqueles organismos que estão à frente da questão.

Esse convênio com a cooperação técnica coloca também as prefeituras na gestão compartilhada. Agora elas também terão sua ação na liberação de alvarás, etc., etc. Estão no contexto hoje das questões ambientais. Digo isso, que é importante, porque atualmente temos na Bahia quatro biomas: o da Caatinga, ao qual pertenço, o da região costeira, o da Mata Atlântica e o do Cerrado.

Sabemos que algumas ações outrora foram efetivadas somente no Rio São Francisco, uma das paixões da minha vida. Grande parte do meu mandato é dedicado a ele. Ainda tem sequelas. São graves as questões das hidroelétricas ali implantadas, além de pendências políticas em questões indenizatórias, de desapropriação. Sabemos que tem sido discutida na calada da noite uma nova hidroelétrica para o São Francisco, isso na CHESF em Recife, sem nenhuma participação, entendo eu - pelo menos não tenho conhecimento -, da mídia e da imprensa baianas para acompanhá-la. É uma nova hidroelétrica no município de Curaçá, no distrito de Riacho Seco.

Essa questão está sendo debatida. Queria até, deputado Paulo Rangel, V.Ex^a que é oriundo da CHESF, que nós trouxéssemos este debate aqui para esta Casa. Inclusive já o propusemos no passado. E sobre isso soube, salvo engano, que no dia 2 de setembro agora houve uma discussão lá na CHESF em Recife acerca desta questão da hidroelétrica do município de Curaçá, no distrito de Riacho Seco.

Então, houve a adesão de mais de cem municípios - salvo engano, 160 - a este convênio de cooperação técnica que acaba de ser assinado agora na Fundação Luís Eduardo, onde o governador pregava o entendimento entre aqueles que defendem o meio ambiente e os que têm o dever de executar as obras. Nem tanto, nem tampouco, nem que a mola estique de um lado e do outro. Mas é importante esse entrosamento, e agora as prefeituras serão também responsáveis.

Quero dizer com isso que há discussões das quais teríamos a necessidade de participar. E não participamos por desinteresse ou desinformação. Sempre me pergunto por que a Bahia às vezes fica - aliás, não é de agora, é sempre - à margem de debates importantes. Pouco foram debatidas na época as questões da hidroelétrica do São Francisco, as recentes, a partir do Sobradinho. E agora se discutem novas hidroelétricas para o Vale do São Francisco, mas este debate não tem vindo à Bahia. Sabemos que o maior percurso do Rio da unidade nacional, o São Francisco, é em território baiano e que ele vem constantemente sendo agredido. As ações em defesa dele são muito pouco em relação ao que significa para o nosso Estado.

Recentemente, agora no sábado próximo passado, fizemos em Juazeiro uma solenidade com os amigos da imprensa. E também aproveitou a prefeita da cidade vizinha de Lagoa Grande, na microrregião de Petrolina, também às margens do São Francisco, para...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Vou concluir, Sr. Presidente, e voltarei a esse tema posteriormente.

(...) lançar o vinho Uvafest, de Lagoa Grande. O evento, muito concorrido, vai ocorrer de 9 a 12 de outubro. A previsão é de que mais de cem milhões de reais sejam investidos na produção do vinho e da uva, que hoje é o forte da nossa região.

Mas nenhuma discussão em relação à preservação do Rio São Francisco. Isso nos intriga. Naquela ocasião, homenageado que fui juntamente com um amigo da imprensa, eu dizia que não teremos o bom vinho, a boa uva, a boa manga, o bom melão, a boa melancia, a boa goiaba, o bom limão, porque hoje nós somos pluralistas na produção de frutas, se não tivermos a manutenção do Rio São Francisco.

Este é um cuidado. Estou vendo aqui o diretor-presidente do *Diário da Região*, o meu companheiro médico e ex-vereador Paganini Nobre Mota. O seu jornal foi homenageado. Também houve várias outras homenagens naquela região durante a reunião. Chamamos a atenção e aproveitamos aquela oportunidade para, mais uma vez, discutir a questão da importância do Rio São Francisco e de uma atenção mais firme em defesa deste, pois, se assim não o fizermos, Sr. Presidente, cometeremos um pecado que o futuro não vai nos perdoar.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas e a imprensa aqui presente pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTdoB/PSL/PTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Professor Valdeci.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Professor Valdeci, por 8 minutos.

O Sr. PROFESSOR VALDECI:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa

presente, aqueles que nos assistem pela *TV Assembleia*, quero novamente me solidarizar com os companheiros sindicalistas de Porto Seguro que pedem a esta Casa para dar publicidade a um manifesto chamado “Carta da Costa do Descobrimento”. Eu vou ler aqui uma parte dela em que eles solicitam que as Câmaras Municipais e a Assembleia Legislativa manifestem também indignação e ao mesmo tempo façam uma moção de repúdio ao acontecido no dia 17 de setembro.

Através do nosso mandato de deputado estadual, estamos fazendo esse repúdio aqui, Sr. Presidente, conforme nos permite o Regimento, colocando uma manifestação de repúdio ao acontecido em Porto Seguro. Lerei aqui uma parte do manifesto.

(Lê) “*O que me preocupa não é o grito dos maus. É o silêncio dos bons. No final, não nos lembraremos das palavras dos nossos inimigos, mas do silêncio dos nossos amigos.*”

Martin Luther King

A APLB - Sindicato da Costa do Descobrimento - vem, por meio desta CARTA MANIFESTO, demonstrar sua revolta e indignação diante do assassinato de dois dirigentes sindicais na cidade de Porto Seguro, na noite de 17 de setembro de 2009. Eles foram vítimas de uma emboscada, seguida de execução. O Professor Elisney Pereira Santos morreu na hora, enquanto o Professor Álvaro Henrique dos Santos ficou gravemente ferido, vindo a falecer no dia 23 de setembro.

Ambos foram eleitos recentemente, em disputa eleitoral acirrada. Desbancamos uma diretoria que estava à frente do sindicato há dez anos, e estávamos há apenas dois meses exercendo o novo mandato.

Já assistimos crimes abruptos de religiosos, seringueiros, trabalhadores rurais, envolvidos com a causa social. Com professores, essa realidade em Porto Seguro não é diferente. Ainda no início do ano 2000, o Professor Belarmino, mais conhecido como Bel, apareceu morto, vítima de um suposto acidente, na véspera de um depoimento que daria contra o executivo, a respeito de desvio de verbas da educação. É provado que, mesmo após seis décadas de publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ainda querem calar a voz daqueles que lutam pela justiça social, através de crimes horrendos.

A figura destemida e corajosa de Álvaro Henrique se tornou uma ameaça para os governantes, partidários e também para as pessoas ligadas direta ou indiretamente a eles, por conta de sucessivas denúncias à Promotoria e Ministério Público, mesmo antes de ser diretor da APLB Sindicato, quando era apenas o presidente da Associação dos Trabalhadores em Educação de Porto Seguro - ATEPS, e após tornar-se diretor da APLB, as denúncias se intensificaram.

No dia 11 de Julho de 2009, assumimos a direção da APLB Sindicato da Costa do Descobrimento, composta por cinco cidades: Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia, Itabela, Guaratinga e Itagimirim. Na semana da posse, investigamos a conta da diretoria anterior e descobrimos que havia um déficit na caixa, além de outras irregularidades, e logo publicamos os resultados, para que as pessoas afiliadas pudessem ter conhecimento do ocorrido. No dia 20 de agosto, o diretor Elisney

Pereira Santos recebeu um e.mail, tendo como remetente um suposto site e/ou blog de reportagem, sucursal.educacao.regional@hotmail.com, que difamava a imagem de Álvaro Henrique, apresentado uma série de calúnias referentes à sua pessoa e à nova diretoria da APLB. Dizia o/a autor do email:

Atenção professores de Porto Seguro. Nossa reportagem levantou os seguintes dados sobre a atual APLB - Sindicato do Professores.

A diretoria anterior, segundo fontes (que não podem ser reveladas e é um direito que nos assiste, pois a imprensa pode ocultar as fontes das informações), deixou um rombo irreparável, mas nada tão grave como a biografia do atual diretor da entidade, o Senhor Álvaro. O mesmo é acusado de pedofilia, pois molestou uma aluna menor de dezoito anos, a anos atrás. O caso foi abafado, mas agora por motivações políticas vai emergir e vir à tona. Foi configurado também o artigo 171 e falsidade ideológica. Como foi comprovado por nossa reportagem que o presidente da APLB, o Senhor Álvaro, mora no assentamento (terra do INCRA), terra destinada a pessoas sem renda (pobres). Mas segundo o seu contra-cheque comprova que a sua renda supera dois mil reais. A Polícia Federal já está investigando o caso e certamente o presidente da APLB vai ter que responder na justiça sobre a fraude. Certamente se não for detido vai ter que mudar de endereço, outros dados serão divulgados na próxima edição.

A renda atual da APLB de Porto Seguro é R\$10.000,00 (dez mil reais por mês) perfazendo um total de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais por ano) é preciso que os filiados da entidade fiscalize e exija a prestação de contas mensalmente para que não aconteça o que aconteceu com a gestão anterior (todos de olhos vivos na atual presidência).

A atual gestão (composta por integrantes do PT), recebeu o sindicato sem dívidas, uma verba de R\$ 10.000,00 (dez mil reais por mês), um carro zero Km., 10 computadores e toda infraestrutura e muitas conquistas para a classe.

Os filiados devem participar ativamente e estar atentos aos novos integrantes da APLB, exigindo declaração de bens de todos os diretores que compõem a nova diretoria. Divulgue nosso email, envie e tire cópias desta matéria para outros professores e a comunidade local.

Quando teve conhecimento do email, Álvaro registrou queixa na delegacia, inclusive entregou cópia para ser anexada ao Boletim, solicitando investigação e esclarecimento, já que se tratava de uma grande calúnia. Além do email, Álvaro também recebeu telefonemas que denegriam a sua imagem e sua atuação no sindicato.

Nesse mesmo período, a APLB começou uma grande movimentação em prol de uma educação de qualidade, e a denunciar uma série de desmandos da atual Secretaria de Educação: contratação de professores, enquanto havia uma lista de espera de professores concursados na última gestão; escolas funcionando com recursos ínfimos; aluguéis de locais improvisados para serem escolas, a exemplo de lava-jato; pagamento de dívidas da gestão anterior com recurso do FUNDEB deste ano; denúncia de funcionários fantasmas, dentre outros fatos que eram declarados

nas assembléias, pelo diretor, e nas reuniões com a comunidade. Fotografias da situação das escolas foram mostradas para a população.

No dia 4 de Setembro do corrente ano, o diretor da Delegacia Sindical, Álvaro Henrique dos Santos, enviou um email a um amigo, afirmando que estava sendo ameaçado e investigado. Diz assim o email:

(...) Agora tô preso na casa de Cida, aqui na roça... Bija ia sair pra trabalhar de segurança, dois caras meteram a arma nele, eles tinham colocado um toco no chão, disseram que procurava um cara que estava roubando no Paraguai. Bija falou que estava indo trabalhar, foi aí que eles o deixaram passar. Cinco minutos depois, dois caras chegaram de moto aqui no sítio e perguntaram a meu primo onde morava um tal de Arthur, e meu primo disse que não sabia, foi quando Bija me ligou para contar o que aconteceu com ele.

Eu tô trancado dentro de casa; amanhã, se DEUS quiser, vou procurar uma casa pra alugar na rua... Não conta isto pra ninguém, nem pra sua namorada, não é por nada, mas se a galera fica sabendo, gera uma insegurança e é ruim para nossa luta. Só divulga este email se acontecer alguma coisa estranha comigo, mas não vai acontecer não, porque DEUS está comigo. Ele vai me proteger, pois sabe que a gente não se vende pra estes bandidos safados. Enquanto eu estiver vivo, vou pegar no pé deste ladrão.

Negão, não conta isto pra ninguém, pois as meninas ficam morrendo de medo e acabam dando muita divulgação para os fatos. Eles não vão me intimidar, tão vasculhando minha vida, ruma de vagabundo... Um cara que trabalha no gabinete perguntou pra uma amiga minha se eu era de confiança mesmo, aí ela falou que sim, e detonou o prefeito, aí o cara ficou questionando, que eu era muito simples e coisa e tal, será que eu não ia aceitar dinheiro (...)

(...) Não tô te falando isto pra você ficar assustado não, se minha hora chegar, não poderei fazer nada, seja feita a vontade de DEUS, mas tenho duas preocupações, quero que neném fique com minha mãe e com minha família, pois a mãe dele nunca ligou pra ele, pode querer se aproximar pra levar vantagem. E não quero que fique impune; por isso, DEUS me livre, mas se algo der errado, divulgue este e-mail para ferrar com o safado do Abade.”

E aí no manifesto eles relatam o e-mail para esse colega que estava em Portugal, através do qual ele denuncia que estava sendo ameaçado. O e-mail já é uma peça pública.

(Lê) “Como se vê, mesmo correndo risco de morte, o diretor prefere não divulgar isso, e continua avante na luta sindical, participando ativamente do movimento, sem recuar: foi à Radio local várias vezes; expôs a pauta de reivindicação na Câmara de Vereadores e, junto com os demais professores participou de uma reunião na Câmara, onde o Secretário de Educação fez uma prestação de contas e avaliação do primeiro semestre de 2009. Neste dia, os dirigentes sindicais foram persistentes em afirmar os desmandos, a ingerência e a situação caótica da Educação em Porto Seguro, virando as costas para o secretário. Por fim, no dia 07 de setembro, pais, alunos e professores participaram do primeiro

desfile dos excluídos, já que nos anos anteriores era uma festa pomposa, com desfile cívico e discursos politiquinhos.

No primeiro encontro com o Secretário de Administração, ele ameaçou não negociar, se a categoria fizesse paralisação ou greve, assim afirmando: "Eu sou a linha dura do Governo Abade."

Que é o prefeito de Porto Seguro.

(Lê) Mesmo assim, a Assembléia votou que ocorressem as paralisações de advertência ao executivo.

As negociações não tiveram sucesso, o executivo manteve firme a sua decisão, dizendo não a tudo que pedíamos. Sendo assim, a greve foi deflagrada no dia 16 de setembro.

Aí, segue. Como não vou ter tempo de ler tudo, irei ler a parte que julgo importante, que é a parte final.

(Lê) "Marcamos uma reunião com pais, mães, alunos e trabalhadores da educação em todos os distritos e bairros da cidade, no dia 17 onde explicaríamos os motivos da greve e os encaminhamentos do movimento . Nesse mesmo dia, o vereador Dilmo ligou para Álvaro, dizendo que havia um acordo a ser feito com a categoria. Propôs uma reunião na sexta-feira, com a comissão de negociação, alguns vereadores, secretário de educação, finanças e administração. Álvaro quis saber o horário, no entanto o vereador disse que ligaria depois para marcar, e não fez mais contato.

Nesse mesmo dia, enquanto preparávamos para receber o público do Bairro Baianão, a Professora Maria Aparecida Santos, mãe de Álvaro, por volta das 18 horas, estava no Sítio Rancho do Arthur, localizado na Roça do Povo, em Porto Seguro, com seu filho, Eric Márcio Santos de Oliveira, e seu neto, filho de Álvaro, Arthur Henri, que tem paralisia cerebral. No momento em que ela alimentava o seu neto, entrou um homem magro, alto e com uma tatuagem no braço esquerdo, sem camisa, de bermuda e com a camisa amarrada na cabeça; apontou-lhe um revólver e disse para ela ficar quieta. Outro homem, baixo, negro, também com uma camisa tapando o rosto, adentrou a casa e, em seguida, saiu, a fim de observar Eric."

Irmão de Álvaro.

(Lê) ... "o qual estava em um quarto separado da casa, com outros assassinos. O homem baixo voltou e entregou a Maria Aparecida um aparelho celular, enquanto dois outros lhe apontaram revólveres, dizendo para ela ligar para, Álvaro e dizer que Arthur estava passando mal. Assim ela o fez, e dez minutos depois Álvaro chegou, junto com Elisney."

Secretário do Sindicato.

(Lê) "E ela começou a ouvir os disparos. Quando saiu do quarto, viu os corpos caídos na cozinha. Elisney morreu na hora, e Álvaro, depois de 06 dias internado após uma cirurgia para retirar a bala da cabeça, veio a falecer, no dia 23 de setembro. Existia outra bala desconhecida pelos médicos em sua nuca. Por isso, se ele sobrevivesse ficaria em estado vegetativo sua nuca. Por isso, se ele sobrevivesse, ficaria em estado vegetativo.

Concluimos que foi um crime de mando, e não podemos admitir que, em pleno século XXI, após tantas lutas, tanto sangue derramado tantas perdas pela garantia dos direitos humanos, ainda podemos assistir crimes tão hediondos. Lutamos apenas por uma educação de qualidade: que alunos e alunas não estudem em salas de aula onde eram quartos de residências, ou em antigo lava-jato; que os professores e professoras sejam bem remunerados e qualificados; que haja recursos tecnológicos na escolas; que o dinheiro da educação seja aplicado na educação, não em contas particulares ou desviado para outros fins. Exigimos que cada cidadão, independente de cor, opção sexual, profissão, credo, seja tratado com dignidade e que seja beneficiado pelas políticas públicas criadas para que tenhamos uma vida melhor. QUE MAL HÁ NISSO?."

Que aconteçam crimes como esse.

(Lê) *"Estamos caminhando para a segunda semana da greve, e o nosso saldo é incompreensível:*

Dois assassinatos cruéis, e pais, mães, esposas, filhos, irmãos e amigos desolados, tristes, sem chão;

A comunidade em luto;

A pauta de reivindicação (re)significada: agora não queremos apenas os direitos a priori reivindicados. Queremos, também, especial e urgentemente, que se esclareçam os fatos e que tanto o mandante quanto os assassinos paguem pelos seus atos.

Será que continuarão a matar professores? Manifestamos a nossa indignação e clamamos por justiça, por isso convidamos a sociedade civil organizada, as escolas, igrejas, etc., a nos ajudar, enviando manifestos à Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, exigindo esclarecimento dos fatos e punição dos culpados, a fim de que possamos ter motivos para continuar na docência, afirmando que é preciso o exercício da cidadania que os nossos alunos e alunas não se calem diante dos desmandos dos governos.

Pedimos também que sejam feitas Moções de Repúdio ao acontecimento nas Reuniões das Câmaras de Vereadores das cidades brasileiras, na Câmara de Deputados e no Senado."

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. PROFESSOR VALDECI:- (Lê) *"Além de exigir do poder público celeridade nas investigações e punição dos culpados.*

Hoje estamos de luto e não sabemos quando esta dor vai passar. A primavera já não chegou como outrora, já não teremos mais o sorriso de Elisney nem de Álvaro para florescer nossos dias. Eles foram tirados do nosso convívio, mas ainda é forte o grito de justiça, o brado por uma educação de qualidade. Por isso, mas do nunca, A GREVE CONTINUA!"

Então, ao ler aqui o "Manifesto Carta da Costa do Descobrimento", reafirmamos a solidariedade aos companheiros da APLB de Porto Seguro .

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao do Bloco Parlamentar PP/PMN/PRTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. Isaac Cunha:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes por até 9 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, muito tem se falado nesta Casa sobre o aumento da violência. Observamos as críticas daqueles que passaram tanto tempo no governo, mas hoje encontram argumento para falar da nossa gestão indicando, como se fosse a solução para o problema da violência, a contratação de mais soldados, a compra de mais armas e coletes, providências que o nosso governador já tomou.

Sempre tenho dito nesta Casa que realmente existe a necessidade de se providenciar segurança para as pessoas numa ação, digamos assim, mais rápida e emergencial. Mas é preciso também cuidar das causas, daquilo que no dia a dia vem trazendo esse percalço a nossa sociedade. Ora, quando presenciamos, hoje, atos de violência –assassinatos, queima de ônibus ou qualquer outro –, fazemos uma avaliação da idade dessas pessoas que estão envolvidas nesses crimes e percebemos que, geralmente, são praticados pela nossa juventude.

E daí fica a nossa preocupação e a nossa pergunta: por que não se buscou, em épocas passadas, alternativas para que a vida dessas pessoas fosse direcionada para outras atividades? Percebemos que faltou um pouco de ação, de política pública para que elas tivessem destinos diferentes.

E aí eu queira parabenizar a ação do governo do Estado quando implanta nos diversos municípios da Bahia a educação profissionalizante. Lá na cidade de Cícero Dantas, por exemplo, 400 jovens estarão se preparando, num curso de 1 ano e meio, em Agroecologia, Técnica em Edificações e manutenção de micro. São jovens que estão ocupando as suas mentes e os seus corações com outras perspectivas de vida. É preciso pensar e agir nessa direção.

E queria aproveitar esta oportunidade para parabenizar uma professora lá de Cícero Dantas que reuniu, ontem à tarde, mais de 300 jovens para que a gente pudesse passar para eles a mensagem do combate às drogas, dos riscos que elas trazem para a vida das pessoas, e também de assuntos relacionados ao meio ambiente.

Chamei a atenção de que devemos pensar um pouco mais e melhor no ambiente; em como desaquecer o Planeta e preparar o futuro. E assim aquela professora, com o seu jeito simples e humilde, está também contribuindo para colocar nas mentes e nos corações daqueles jovens outras perspectivas de vida, outros destinos, outros anseios. Na verdade, o que vai modificar o nosso jeito é o resgate dos valores da vida, da família, da fraternidade, da solidariedade.

Isso pode contribuir para um dia, de fato, vermos a paz acontecer na Terra. Paz tão desejada, tão sonhada, mas que muitas vezes é pensada somente quando se diz:

“É preciso ter soldados, é preciso ter armas, é preciso ter aviões, é preciso ter combate ao crime de forma, talvez, também violenta”.

Enfim, queria parabenizar essas pequenas ações, tendo em vista que são são grandes no dia a dia.

E dizer também que é preciso, no campo e na cidade, ocupar o nosso povo com oportunidades de trabalho. Temos mais uma ação do nosso governador,- aproveito a oportunidade para parabenizá-lo, não só pelo município de Heliópolis, onde sábado, foi entregue os animais-, que através da Secretaria de Agricultura entregou 23 mil caprinos de raça para melhorar a produção da agricultura familiar. Esse é o projeto “*Sertão Produtivo*”, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura e que compõe, em conjunto com outras ações, o programa “*Terra de Valor*”, que até o final de ano vai distribuir 38 mil e 200 animais, entre caprinos e ovinos, todos de raça, fêmeas mestiças e machos Puro de Origem (PO), das raças Anglo Nubiano, Bôer, Dorper e Santa Inês, para mais de 7 mil e 500 famílias, em 126 municípios do Estado.

Essas famílias estão recebendo também assistência técnica através da Ebda para que possam melhorar a sua produção e se tornarem um modelo de uma política agrícola de mais rendimento. Isto porque por muitas vezes nós temos escutado o nosso governador dizer: *“Nós queremos que os agricultores possam crescer, ter renda suficiente e não mais aquela agricultura do coitadinho, do arado, da enxada que malmente tira o sustento da família. É preciso que os agricultores familiares cresçam e apareçam, melhorem sua renda, porque nós queremos o campo com gente, gente vivendo bem, gente vivendo com dignidade, tendo acesso à escola, à formação, à ciência e tecnologia”*.

Vi, ontem, a satisfação de um companheiro da Chesf dizer que naquele momento estava ali em Barrocas e se dirigia ao município de Seabra para uma comunidade do interior, instalar um centro digital, ou seja, as pessoas do interior tendo acesso ao mundo, tendo acesso as informações, à ciência e tecnologia. Portanto, dotando as pessoas de condições de se integrar com o mundo, e não mais precisar sair dos seus arredores, sair da sua terra natal para ir, muitas vezes, morar nas grandes cidades ou nas médias cidades, mas em cidades que não têm infraestrutura adequada, não têm oportunidade de trabalho, e daí os descaminhos, muitas vezes, a venda e o comércio das drogas que tanto têm dificultado a vida das pessoas.

Eu ouvi, hoje pela manhã, quando vinha da minha cidade, Cícero Dantas, na *Band News*, um jornalista dizer que em visita a um dos bairros de Salvador, o número de pessoas que moram em pequenas residências aqui na Bahia é quase igual ao Rio de Janeiro e a São Paulo. Certamente milhares de pessoas das nossas regiões, deputado Isaac Cunha, quem sabe de Jequié e quantos têm por aqui, de Cícero Dantas, de Fátima, de Heliópolis, de Paulo Afonso. Quantos por falta de ter no campo condições de vida melhores de ter acesso à água, de ter acesso à estrada, de comercializar seus produtos com preços justos, saíram de lá, vieram para cá e estão hoje aqui vivendo com dificuldades?

Portanto, quero parabenizar a Secretaria da Agricultura que iniciou esse trabalho no mandato do deputado federal e secretário Geraldo Simões, e que o

secretário Roberto Muniz ao assumir Pasta deu continuidade aos trabalhos, fazendo com que as pessoas que vivem da agricultura possam receber assistência técnica, possam ter mais acesso a informática, a água, a luz, para desenvolverem melhor os seus trabalhos com mais dignidade, cidadania e liberdade.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. FERREIRA OTTOMAR:- Falarei por 9 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Por 9 minutos, o nobre deputado Ferreira Ottomar, grande líder da Região Metropolitana.

O Sr. FERREIRA OTTOMAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero usar esta tribuna para parabenizar Camaçari pelos seus 251 anos completados ontem, dia 28 de setembro. Foi um dia muito feliz para todos nós, e as oposições se fizeram presentes. Do meu partido, o PMDB, o ministro Geddel Vieira Lima esteve presente em nosso palanque e foi muito bem recepcionado, muito bem acolhido pelo povo de Camaçari. Ficamos muito satisfeito com isso.

Quero, aqui, agradecer aos deputados estaduais que lá estiveram: Joélcio Martins, Virgínia Hagge, Leur Lomanto e Luciano Simões. Foi um dia de muita felicidade para todos nós, camaçarienses.

Camaçari completou 251 anos. Dentro desses 251 anos, eu faço parte da história da cidade há 35 anos. Faz-se história com trabalho, e foi isso que sempre fiz na cidade. Sinto-me muito honrado de, hoje, morar naquela cidade maravilhosa, com um povo acolhedor, humilde, trabalhador.

Mas também há uma coisa negativa, Sr. Presidente, e eu não poderia deixar de falar dela aqui. Até gostaria de que estivesse no Plenário o deputado Bira Coroa, por quem tenho muita estima. Somos da mesma cidade, e ele foi infeliz quando usou um canal de televisão para dizer que tem um deputado em Camaçari que sempre usou máquinas, tratores, caminhões para atropelar pessoas da oposição no desfile. Vejam, eu nunca fiz isso em minha vida. Sempre fiz campanha na oposição. O prefeito que hoje está lá, Caetano, não era meu adversário. Nós tínhamos o mesmo objetivo. Então, isso não é verdade, porque nunca aconteceu.

Agora, o deputado Bira Coroa precisa dizer ao povo de Camaçari porque a vice-prefeita estava no palanque do DEM ontem. O que fizeram àquela mulher honrada, Dr^a Tereza, para que ela fosse para o palanque do DEM? Ela não estava no palanque do prefeito!

Talvez tenham feito com ela algo pior do que fizeram comigo. Faltavam 11 dias para a eleição e renunciei à minha candidatura em favor do atual prefeito, para juntar dois e fazer um, com o objetivo de mudar a história política de Camaçari. Depois, nós fomos excluídos, fomos jogados pela janela! Não foi o PMDB que abandonou o PT, foi o PT que abandonou o PMDB.

Gostaria de, aqui, dar um conselho ao governador Wagner, para ele fazer o que

Lula fez: chamar o PT para acompanhá-lo e não ele acompanhar o PT. Existem pessoas que pensam muito pequeno. É por isso que, muitas vezes, Wagner não está sendo o governo que ele esperava ser. Tenho uma admiração muito grande pelo governador, confesso aqui, mas ele deve fazer o que Lula fez, chamar o PT para acompanhá-lo, dar as coisas para melhorar.

Ele é o líder maior do Estado e tem o exemplo de Lula. No primeiro mandato, Lula entregou muitos ministérios para o PT e as coisas não funcionaram. No segundo mandato, deu poucos ministérios para o PT e mais para os partidos com mais capacidade. Hoje, o presidente Lula, quantas vezes for candidato a presidente, será eleito. Eu sou eleitor de Lula, já disse isso aqui muitas vezes. Admiro muito a sua forma de proceder, não persegue ninguém, deixa todo mundo viver, cada partido tem o seu livre arbítrio.

Em Camaçari, o partido que se diz republicano, nobre deputado Bira, as nossas faixas cortou todas, não deixou uma faixa nossa lá. Ontem de manhã, cortou todas as faixas, deixou só um pedacinho em cada poste. O partido pode ser republicano em outra cidade, menos em Camaçari.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Não foi o vento não?

O Sr. FERREIRA OTTOMAR:- O vento não tem faca, não tem tesoura. As faixas foram cortadas com facas e tesouras. Então, isso aí não é de partido republicano, partido republicano prega a democracia plena. Não é por aí o caminho.

Mas quero deixar as minhas homenagens a Camaçari. E, no ano que vem, Deus nos dê saúde para que possamos estar lá comemorando os seus 252 anos. O povo tem direito a melhor educação, saúde, água. Muitos bairros ainda precisam de caminhão-pipa. Lá, está cheio de *outdoors* do programa Água para Todos, mas o povo de Camaçari não tem essa água ainda. Quem sabe, daqui a alguns meses, isso venha a acontecer, mas muitos bairros ainda precisam de caminhão-pipa. No centro da cidade, há dias em que não existe água. Então, para fazer jus àqueles *outdoors* que estão lá, é preciso que realmente essa coisa aconteça.

Por isso, Sr. Presidente, quero aqui deixar as minhas homenagens ao povo de Camaçari que é um povo que merece respeito e consideração.

No ano que vem, vai haver eleições para governador, deputado estadual, deputado federal. Vou provar para toda a Bahia que os mesmos votos que tive nas eleições passadas vou repetir a dose, porque quem planta colhe. Eu plantei flores, não vou colher espinhos. Quem planta espinhos, colhe espinhos. Eu plantei flores, vou colher flores.

Aqui, fica a minha homenagem, a minha gratidão ao povo de Camaçari.
Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Democratas para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Por todo o tempo, o nobre Líder Heraldo Rocha. Será um prazer muito grande, deputado, ouvi-lo por 9 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, visitantes que nos honram com suas presenças nas Galerias Paulo Jackson, representantes da imprensa, minhas senhoras e meus senhores, eu gosto da Assembleia como foi o dia de hoje, dia em que os deputados participam, discutem os diversos temas importantes que atingem a população baiana.

Mas, Sr. Presidente, o deputado Zé Neto, presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, veio a esta tribuna mostrar números. Só que os números que ele recebeu, não sei de quem, estão errados. A assessoria dele está falhando. Por exemplo, o Orçamento total da função saúde: 2003, 12% e 15%; 2004, 16%; 2005, 16,36%; 2006, 15,24%; 2007, 15,35%; 2008, 14,71%; 2009, 14,29%. Como é que a saúde - aqui são números do SicoF - está investindo mais do que em qualquer tempo da história da Bahia, deputado Luiz de Deus?

Isso aqui é o total. Aí você vai para o investimento; 12,49, em 2003; 13,72, em 2004; 11,38, em 2005; 5,82, em 2007, é o governo Wagner em 2007 ou é a herança maldita? Em 2008, 9,37; em 2009, 10,95. Como é que foi investido mais na saúde neste governo?

Contra fatos não há argumentos, contra números não podemos discutir.

Aí você vai para a educação, que eles dizem que é um grande investimento. É tão grande o investimento que o Secretário foi demitido e começou tudo de novo. Em 2003, 14,40; em 2004, 13,37; em 2005, 14,26; em 2006, 13,57; em 2007, 13,38; em 2008, 13,79; em 2009, 13,70. E estão investindo na educação! Chega ao investimento: em 2003, 9,48; em 2004, 6,8; em 2005, 8,99; em 2007, 4,74; em 2008, 11,15; em 2009, 9,14.

Então, contra fatos.

O Sr. Misael Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HERALDO ROCHA:- Vou dar um aparte a V.Ex^a, deputado Misael Neto, Líder do Democratas.

Então, contra números não tem jeito. Não adianta ficar fazendo uma propaganda mentirosa, porque não é mais enganosa, é mentirosa, na televisão e no rádio. Eu provei que apenas foram executados 40% do Hospital do Subúrbio e estão dizendo 'até breve será inaugurado o Hospital do Subúrbio'. Nós estamos no mês de outubro, nobre deputado Misael Neto. Calcule o que é uma licitação, leva mais de três meses para se comprar equipamentos etc.

Com o aparte o deputado Misael Neto, Líder do Democratas.

O Sr. Misael Neto:- Deputado Heraldo Rocha, parabenizo V.Ex^a pelo pronunciamento. Só para ajudá-lo e dar mais subsídios às suas colocações eu cito, na verdade o próprio relatório apresentado pelo Secretário. Esse material aqui é uma transparência que o Secretário da Fazenda, Dr. Carlos Martins, nos apresentou na Assembleia, estamos pegando aqui o Canal Assembleia.

Na página 12, deputado Heraldo Rocha, quando trata das receitas e despesas com manutenção em desenvolvimento do ensino, o que foi gasto na educação. Todos

nós sabemos que a Constituição prevê que 25% do orçamento sejam destinados à educação. O número que o Secretário traz para o quadrimestre é de 24.87%. Se essas contas fossem julgadas hoje pelo Tribunal de Contas do Estado, estariam reprovadas. Isso aqui o Secretário confessa, isso é uma planilha. É claro que V.Ex^a já trouxe aqui também, ainda bem que o Secretário da educação foi afastado, graças a “Chico Bento” o Secretário de educação está fora. Vamos torcer para que esse novo Secretário invista, porque 25% já é pouco, e hoje o governo do Estado investe menos do que a Constituição prevê.

Parabéns, deputado Heraldo Rocha.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Deputado, obrigado e incorporo o aparte de V.Ex^a. Quero dizer, deputado Misael Neto, Sr^{as} e Srs. Deputados, que o Secretário não foi elegante com a jornalista que fez uma matéria realmente de conteúdo, Lílian de Souza, do jornal *A Tarde*, inclusive a Bancada de Oposição colocou nos Anais da Casa a matéria. O que ela faz é uma matéria didática, uma matéria técnica, mostrando o que nós sempre estamos dizendo aqui, toda a nossa Bancada, a respeito da grave situação do Estado.

Vejam só os senhores e senhoras: o Sr. Secretário disse que as secretarias, e começo a comparar, esse período de agora com o governo passado. Ora, quem leu o relatório do conselheiro e ex-deputado Zilton Rocha de 2007 com as recomendações que ele fez, quem leu o relatório de 2008 com a desaprovação do conselheiro Pedro Lino, não tenho a menor dúvida de que, em 2009, pelo que pudemos analisar até agora neste quadrimestre, o desempenho do governo Jaques Wagner é pífio, repito, pífio.

Isso são dados. O percentual de execução do governo Wagner é de 21,97%. Eu fico preocupado com os meus companheiros da base aliada deste governo. Como eles estão viajando pelo interior? Porque eles não têm nada a apresentar, repetindo, eles não têm nada a apresentar. Eu represento alguns municípios de nosso Estado. Quando chego ao município, pergunto como está a educação. Não existe. Faltam professores, falem coordenadores pedagógicos. Os alunos não têm aula.

E pergunto: e a segurança pública? A resposta é: “Ora, deputado, não tem viatura. Os policiais não têm condições de trabalho. São 20 litros de gasolina para a viatura. Se o prefeito não botar a gasolina, o carro não anda.”

Quanto ao município de Itapetinga, há dois deputados aqui que representam-no e são eles: eu e a deputada Virgina Hagge. Sabem o que aconteceu por lá? Fez-se uma vaquinha para se comprar uma viatura policial. E o secretário (risos) ainda teve... Olha, eu não sei nem o que é. Aliás, é trágico para não dizer cômico. O secretário disse que plotava o carro, repito, plotava!

A que ponto nós chegamos! Vejam só os senhores e as senhoras que esses são dados Sicof. Só temos seis secretarias que atingiram acima de 30%, repito, seis secretarias. Há 10 secretarias que não atingiram o percentual de 10%.

Agora, deixo a pergunta que não quer calar: esta baixa execução é explicada por falta de recursos? Ou há uma falta de gestão na execução das prioridades do governo? Nós sabemos que aquilo previsto no programa de investimento não são

prioridades.

Portanto concluo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, lamentando que o Exm^o Sr. Secretário da Fazenda tenha vindo a esta Casa e tenha dado notícias tão boas e tão maravilhosas para o nosso Estado, mas só no papel e só no discurso, porque, na prática, o Estado da Bahia tem um desempenho pífio. O Estado da Bahia não está conseguindo aplicar os seus recursos. Aliás, não é gastar, porque dinheiro público não é gasto, é aplicado os recursos que ele tem. Então, o problema é de gerenciamento da coisa pública.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem aparteante.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do nobre Líder Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, tendo em vista haver sobre a Mesa um requerimento para uma sessão extraordinária, eu solicito de V.Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do nobre deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, eu aguardei até que o Líder do Governo fosse utilizar o tempo reservado ao PT para nós continuarmos e, portanto, ele me conceder um aparte que eu entendi que antes não deu para ele me conceder um aparte. Assim, nós discutiríamos, deputado Heraldo Rocha, o que foi apresentado e o que deixou de ser apresentado pelo secretário da Fazenda.

Eu estava ouvindo, atentamente, o pronunciamento de V.Ex^a, deputado Heraldo Rocha. O que eu poderia dizer é o seguinte, ou seja, para um secretário de estado, de uma maneira cínica, covarde, irresponsável, em certos momentos até leviana, tenta contrapor-se a uma matéria publicada por uma jornalista, numa descortesia para com este, joga os números sem consistência nenhuma, sem dizer a fonte que fez que ele apresentasse aqueles gráficos de última hora, tentando, mais uma vez, confundir gasto com pessoal com investimento. Quando diz que a arrecadação do FEP vai cair em todos os estados do Nordeste, menos na Bahia, nos próximos meses, ele esquece que a maior participação do FEP do Brasil é exatamente do Estado da Bahia.

Como não conseguiu explicar isso, fugiu do debate e, de maneira irônica, sorrindo, disse que eu tinha perdido no Tribunal de Contas por cinco a um! Se não fosse hilário, cômico...é triste ver um secretário com um nível tão baixo de conhecimento da atividade da qual está à frente na Secretaria da Fazenda!

As coisas não ocorrem por acaso. Acho que temos que lamentar que a Assembleia Legislativa perdeu uma grande oportunidade, e, mais ainda, o governo do Estado, que poderia, pelo menos, ao responder às 21 perguntas técnicas que fiz, fruto de estudos – o próprio IAF já se manifestou, assim como *A Tarde*, sobre a in consequência dessa gestão do secretário Carlos Martins...

O secretário foge do debate, mas deveria, pelo menos, se assessorar bem, já que não conhece..., Não seria nenhum demérito, até entenderíamos se, em vez de responder que não tem conhecimento técnico para responder às perguntas, ele se assessorasse, que as pessoas lhe dessem assessoramento, e discutíssemos e até apresentássemos sugestões – e eu tinha uma série delas – para tirar a Bahia dessa condição incômoda de última do Nordeste, pois isso é que me incomoda.

Contra fatos não há argumentos. O Estado diz que, em setembro, a arrecadação vai crescer 1,1% com relação a gosto! Que comparação esdrúxula, pois tecnicamente não existe essa comparação! Ele tem que fazer a comparação da arrecadação do Estado de setembro deste ano com a de setembro do ano passado e vai ver ela vai cair 3,67%, ou seja, R\$32 milhões a menos, valor nominal, sem correção, do que arrecadou no ano passado.

Parece que a crise é só na Bahia. No momento em que falou, o secretário induziu o Líder do governo, deputado Waldenor,...Quando eu afirmei que a arrecadação do Rio de Janeiro cresceu no semestre, ele respondeu que a preocupação do Rio de Janeiro são os *royalties*! É sim, mas quem está tratando de *royalties*? Está se tratando de crescimento de arrecadação, e a do Rio de Janeiro cresceu mais de 10,6% este ano, se comparada à do ano passado!

Ele foge desse debate e induz as pessoas a incorrerem no mesmo erro que comete, faz uma leitura...,mas contra fatos não há argumentos, deputado Waldenor! Infelizmente, aliás, felizmente, os cargos que já ocupei, com muito orgulho, forçaram-me a aprender alguma coisa de contabilidade pública! Gosto dessa área, a minha formação é em matemática, sou engenheiro! Então com números não se pode...um mais um são dois, dois e dois são quatro! A arrecadação de menos 4,6% é diferente de um arrecadação que cresce 5%! O secretário não pode manipular dados! Matemática é uma ciência pura, não permite interpretação, é a lógica dos números! Ele tenta, na sua incompetência de gestor das contas públicas do estado, manipular uma ciência que é exata, não permite interpretação, como algumas ciências permitem!

Então nos resta lamentar o que foi tomado e pedir que essa verificação de quórum seja nominal, com a chamada dos ausentes, se necessário, Sr. Presidente, porque a Casa precisa debater e não pode fugir do debate como fez o secretário Carlos Martins ao dizer que perdi de dois a um, aliás, cinco a um, o que até estranhei, porque não tenho contas sendo analisadas.

Quem perdeu a oportunidade de ter as contas regularizadas foi a Bahia, que está perdendo por ser o último Estado do Nordeste.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado. (Pausa.)

Solicito aos técnicos da Casa...(pausa.)

Com a palavra o 2º Secretário...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, projetos estão em pauta para votação, pelo que leu o presidente que estava conduzindo os trabalhos, o deputado Álvaro Gomes. Mas os

projetos que ele leu só podem ser frutos de votação se houver acordo. Não tem acordo nesta Casa Legislativa para nenhum projeto. Então não tem votação, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só para eu me inteirar, deputado Waldenor: quem pediu quórum?

O Sr. Waldenor Pereira:- Eu pedi.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já tem uma convocação extraordinária?

O Sr. Waldenor Pereira:- Tem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Gaban pediu verificação de quórum nominal.

Questão de ordem, deputado Waldenor.

O Sr. Waldenor Pereira:- Um esclarecimento, deputado Gaban: ninguém está propondo acordo algum. Existem dois projetos na Ordem do Dia que cumpriram todos os prazos regulamentares para serem apreciados na tarde de hoje.

Um deles é o que transforma o Hino ao Dois de Julho em Hino oficial da Bahia, o outro é também relativo ao Dois de Julho, um título honorífico proposto pelo Poder Executivo, e existe sobre a mesa uma proposição, Sr. Presidente, um requerimento de urgência para o projeto de interesse da Polícia Civil. Nenhum acordo. É apenas a tramitação normal.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a tem toda a razão. Não tem nenhum acordo de Lideranças.

O deputado Gaban, pediu verificação de quórum nominal.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Registro a presença de 12 Srs. Deputados, portanto não há quórum para a continuidade da presente sessão. Declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*